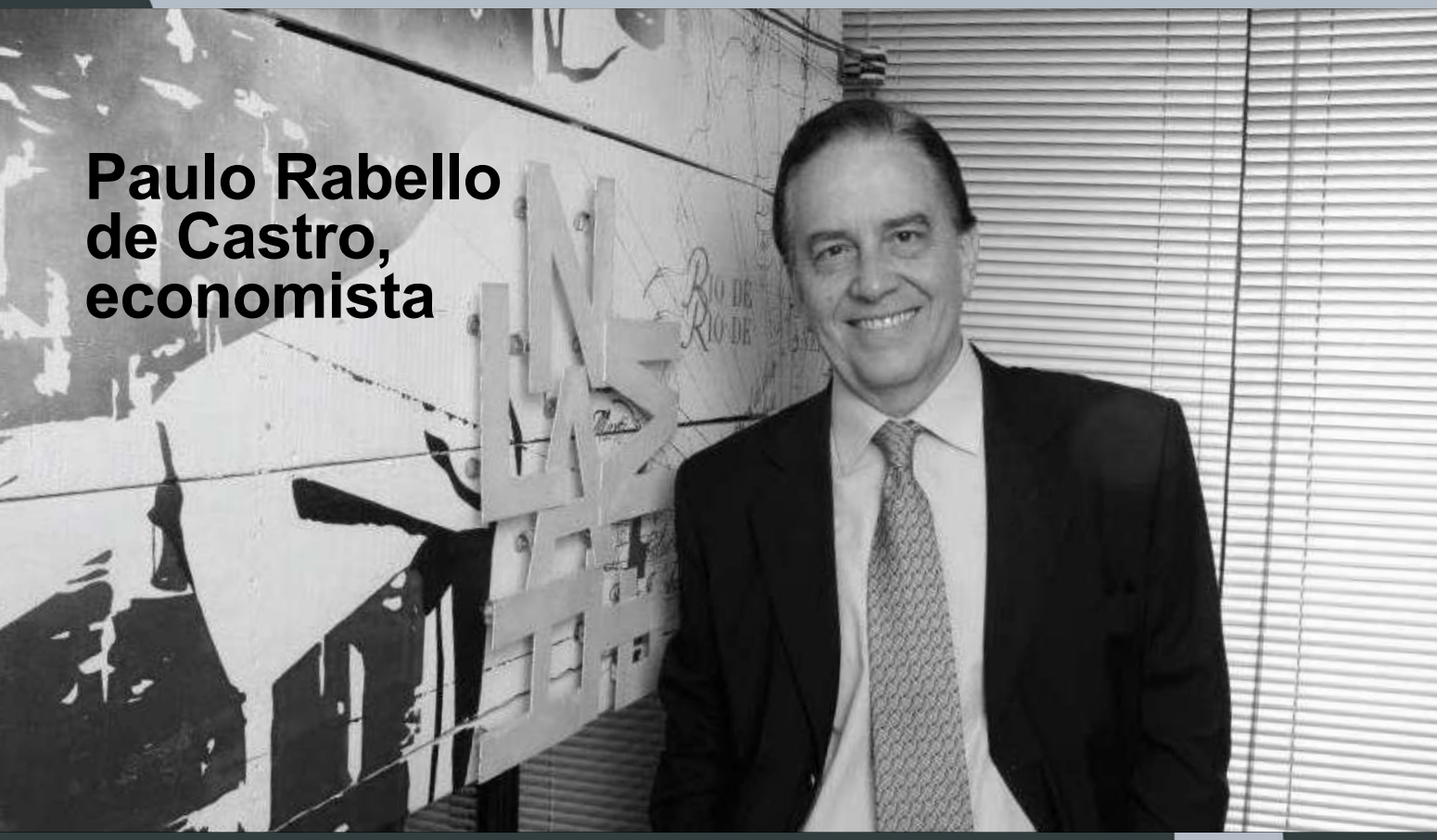
REVISTA

IBEF

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO XII - NÚMERO 62 - BIMESTRAL - 2016
www.ibefrio.org.br



Paulo Rabello de Castro, economista

Ricardo E. Vieira Coelho, do Pinheiro Neto: tripés e prosperidade

Rafael Gisse: Duracell Company inicia operação independente no Brasil

Alexandre Slivnik: empresas brasileiras e o aprendizado com a Disney

Renata Piazzon: novas propostas para licença ambiental no Brasil

IBEF
Rio de Janeiro

MULTITERMINAIS
LOGÍSTICA INTEGRADA

*Usando tecnologia de ponta como: **SAP R/3**, **Navis** e também **software proprietário**, oferecemos rastreamento em tempo real de toda a cadeia logística.*

terminais marítimos

CAPACIDADE DUPLICADA

*Operamos dois terminais no Porto do Rio de Janeiro, o **Terminal de Contêineres MultiRio** e o **Terminal de Veículos MultiCar**, ambos sob arrendamento da Cia Docas do Rio de Janeiro.*

portos secos

*Localizados estrategicamente no **Rio de Janeiro (RJ)**, **Resende (RJ)** e **Juiz de Fora (MG)**, recebemos cargas importadas e a exportar sob diversos regimes aduaneiros.*

terminal ferroviário

INAUGURAÇÃO EM NOVEMBRO 2015

*O **Terminal Intermodal de Itatiaia (RJ)**, receberá cargas provenientes de nossos terminais marítimos, oferecendo **serviços ferroviários de transporte, armazenagem** e de **logística de valor agregado**, atendendo à indústria do Vale do Paraíba.*

logística integrada

*Através da nossa rede integrada de terminais marítimos, portos secos e terminal ferroviário, **oferecemos soluções customizadas de logística integrada,** incluindo: **"on-site logistics".***

Av. Nilo Peçanha 11 - Grupo 405, Rio de Janeiro, Brasil - 20.020-100
Tel +55 21 3095-6600 | Fax + 55 21 2262-9486
contato@multiterminais.com.br

www.multiterminais.com.br
www.logistica360graus.com.br

Editorial

Bom sinal

O **IBEF** recebeu com entusiasmo a indicação da nova equipe econômica do presidente interino do Brasil, Michel Temer. Todos são nomes técnicos qualificados e respeitados pelo mercado, com vasta experiência no setor público e privado. Henrique Meirelles, o novo ministro da Fazenda e líder da equipe; Ilan Goldfajn, presidente do Banco Central; Mansueto Almeida, secretário de Acompanhamento Econômico, que é especializado em finanças públicas; Otávio Ladeira, do Tesouro; Marcelo Caetano, Jorge Rachid, Tarcísio Godoy e Maria Silvia Bastos Marques, nova presidente do BNDES.

Os desafios são muitos: ajuste fiscal, reforma tributária, reforma da previdência, fortalecimento das agencias reguladoras, atração de novos investimentos, transparência das estatais, aumento do emprego & renda e principalmente a retomada do crescimento econômico, com corte nos gastos e sem aumento de impostos.

Vamos apoiar na certeza de que o Brasil está em boas mãos.

A **Revista IBEF**, edição 62, mais uma vez circula com matérias e artigos, que contribuem para uma discussão importante da nossa economia.

Boa leitura!

Junho 2016

Marcos Chouin Varejão

Índice

EDITORIAL.....1
Marcos Varejão

CAPA.....2
Paulo Rabello de Castro:
Brasil Eficiente: a Agenda aguardada

OPINIÃO.....4
Adriana Cardinal: contratos associativos na lei de defesa da concorrência.

OPINIÃO.....5
Eduardo Giannetti: Por uma Constituinte exclusiva.

OPINIÃO.....6
Alexandre Slivnik: o que as empresas brasileiras podem aprender com a Disney.

INTERNACIONAL.....8
Livre comércio com EUA e Europa traria ganhos para o Brasil próximo a US$ 1 trilhão até 2030.

NACIONAL.....10
Estudo indica pistas da relação entre alfabetismo e comportamento financeiro.

INTERNACIONAL.....12
Ativos financeiros globais podem perder trilhões de dólares com o aquecimento global.

NACIONAL.....13
4 razões para implantar um CSC na sua empresa.

OPINIÃO.....14
Ricardo E. Vieira Coelho: tripés e prosperidade.

NACIONAL.....17
Duracell Company inicia operação independente no Brasil.

ECONOMIA.....18
Rodrigo Munhoz e Claudio Luzzi: RFB divulga Plano Anual de Fiscalização.

INTERNACIONAL.....20
Economias emergentes precisarão dobrar seus investimentos em energia nas próximas décadas, segundo Bain&Company.

OPINIÃO.....21
Carlos Rittl: plano de negócios da Petrobras é suicídio.

OPINIÃO.....22
Renata Piazzon: novas propostas para o licenciamento ambiental no Brasil.

INTERNACIONAL.....26
Crise leva investidor para os EUA.

OPINIÃO.....27
Ricardo Nogueira: viver só de commodities não dá.

OPINIÃO.....28
Sidney Gomes e Lucas Garcia de Moura Gavião: direito essencial do sócio ao lucro.

DAY TRADE.....30
Coluna de informação.

SAÚDE.....34
Computação a serviço da medicina: sistema de saúde une pesquisadores.

NACIONAL.....36
Mariana Ribeiro: Eufrasia Teixeira Leite, uma mulher à frente do seu tempo.

NACIONAL.....40
Ilumno investe no Brasil com foco na educação a distância.

ESTANTE.....41
Coluna sobre publicações editoriais.

OPINIÃO.....42
Caio Calfat: investir em espaços de eventos é oportunidade em meio à crise.

JURISPRUDÊNCIA.....44
Euro Bento M. Filho: legislativo pretende aplicar (mais um) duro golpe no sagrado direito de defesa.

OPINIÃO.....46
Luiz Affonso Romano: quem tem medo do lobby?

NACIONAL.....47
Consumidores adiam compra de imóveis devido à situação política no Brasil.

OPINIÃO.....46
Luiz Felipe Pondé: o “U da felicidade”.

Brasil Eficiente: a Agenda aguardada

*Paulo Rabello de Castro**

Quando falou de buscar uma "democracia da Eficiência" em seu discurso de posse como presidente em exercício, Michel Temer acenou como uma transformação social e econômica aguardada pelas ruas desde 2013. Desde aquele ano, milhões de brasileiros têm se manifestado com insistência e até indignação, pedindo não só o afastamento dos corruptos e incompetentes mas também, e sobretudo, ressaltando a urgência de uma "gestão padrão FIFA" no nosso País. Em 2013, o termo "padrão FIFA" decorria do confronto evidente entre o estado precário da infraestrutura de transporte, de saúde e educação e o esmero das arenas construídas a toque de caixa para a então futura Copa do Mundo. Com o desastre do placar da Copa e as denúncias contra a própria FIFA, os manifestantes ajustaram o discurso para pedir, simplesmente, "governo eficiente". Na esteira da exigência popular, vieram as outras chamadas das ruas: "chega de corrupção"; "menos impostos"; "fome de mudança" etc.

O público brasileiro está farto de tanta incompetência na gestão dos negócios do Estado. Incompetência, com arrogância e malandragem mal disfarçada. Não se admite mais tanta improvisação e falsidade no governo. A sociedade brasileira está de mal com sua história política recente. E nada propensa a flexibilizar o padrão de julgamento dos futuros governantes. Por isso, nos parece no mínimo perigosa a abordagem que busca contemporizar a agenda de um Brasil eficiente, demandado claramente pelas ruas, com as supostas exigências da agenda secundária dos muitos partidos políticos agraciados com cargos e funções no novo governo. A legitimidade do mandato do presidente Temer - como ele próprio reconhece - é formal, mas não ainda substantiva, querendo dizer que o processo político que o levou à presidência nada tem de irregular mas, tampouco, nada de popular, pois não decorre de voto do povo numa plataforma eleitoral preferida pelas urnas. Então, como ganhar tal legitimidade senão mirando a "agenda das ruas"?

Essa agenda popular existe ou pode ser "deduzida" a partir dos anseios expressos de modo genérico pelos manifestantes. Em grande medida, a agenda do povo está nas suas palavras de ordem. Foi a busca de aderência a essa agenda popular que motivou o Instituto Atlântico, por meio do Movimento Brasil Eficiente, a resgatar sua proposta, formulada há mais de duas décadas, por um país realmente transformado e que possa finalmente trilhar o caminho de um sócio-capitalismo, ou seja, um capitalismo de muitos sócios, milhões de sócios, e não apenas meia dúzia de privilegiados e apaniguados no topo da pirâmide cleptocrática. Esta é a Agenda 2016 do Brasil Eficiente, um programa de governo progressista sem ser assistencialista em nenhum momento, cujas bases conceituais foram criadas em 1992, quando lançamos propostas para debelar a então inflação galopante e resgatarmos um crescimento com distribuição efetiva do capital social do País.

> *"A areia na máquina do Brasil é o mandonismo das autoridades que intervêm em tudo para não resolver nada, ou pior, para vender facilidades, vantagens e monopólios."*

Nossa proposta, quando então concorreu com a do Plano Real, foi atualizada para os desafios atuais e continua válida, senão ainda mais oportuna e urgente, pois o que havia de impulso do Brasil para crescer desapareceu por completo. A recessão, que já dura 30 meses, é a mais grave dos últimos 50 anos. Não há hipótese de o País se levantar para um futuro digno e progressista, de oportunidades crescentes para milhões de trabalhadores, sem a proposição de um pacto de quatro dimensões, complementares entre si: a dimensão Federativa, a dimensão produtiva, a da Cidadania efetiva e, por último, a da dimensão do País na sociedade planetária.

O presidente Temer recebeu cópia do documento de 120 páginas de que se constitui essa Agenda do Brasil Eficiente. Ali estão contempladas, sempre de modo prático e direto, as ações necessárias ao atendimento das principais demandas das ruas. Algumas proposições da Agenda podem tê-lo inspirado a acenar, já em sua posse interina, com a revisão das bases federativas da nação e o fechamento do manicômio tributário que alimenta o atual desequilíbrio na repartição de responsabilidades e de tributos entre a União, os estados e municípios. Este é o ponto alto do discurso presidencial que, no entanto, não chega a arriscar propostas para a transformação da arcaica dependência federativa numa moderna Federação com autonomia fiscal e financeira.

O documento do PMDB "Ponte para o Futuro", que contém pistas para uma eventual revisão das relações produtivas e sociais rumo ao resgate da competitividade, tampouco ousa colocar o dedo na ferida maior - o juro mais alto do mundo e também os encargos de dívida pública mais gravosos entre as nações decentes - cujo efeito mortífero sobre os investimentos produtivos e no fluxo de caixa das empresas e famílias torna o país um ambiente financeiramente inviável para negócios que não dependam de vantagens e subvenções oficiais. Nosso mercado de capitais reflete a inanição da oferta de fundos de longo prazo, cuja demanda por recursos de investimento também é prisioneira do alto grau de incerteza sobre a viabilidade dos projetos, diante de maus fundamentos econômicos. Tudo converge para o resultado previsível: a propensão ao baixo ou nenhum crescimento brasileiro, apenas mitigado quando o setor exportador nos agracia com preços excepcionais de commodities.

Com que tipo de impulso poderemos contar quando a economia brasileira não se vale mais de uma bonança das commodities? De onde nascerá o incentivo para os próximos investimentos? É evidente que apenas a "autocriação" (autopoiesis, no grego) decorrente de decisivos avanços na forma de organizar os fatores produtivos e os preços gerais da economia será capaz de eliminar as graves distorções e travamentos da economia produtiva. A areia na máquina do Brasil é o mandonismo das autoridades que intervêm em tudo para não resolver nada, ou pior, para vender facilidades, vantagens e monopólios. Uma verdadeira reengenharia do Estado brasileiro se impõe. Trata-se de implantar uma nova maneira de bem governar, baseada em "desintervenções atuantes", querendo-se aí dizer, um processo maciço de liberalização das forças sociais e produtivas mediante contenção ativa do aparelho estatal, o qual terá que passar a perseguir metas de eficiência para si mesmo, que hoje não as tem.

E ao povo, na sua proverbial paciência, caberá mais uma vez decidir que grau de tolerância desejará adotar diante das gritantes contradições do momento político. O povo, no final, é quem ditará o ritmo das mudanças neste "ponto de virada" histórico.

Doutor em Economia, diretor-sócio da RC Consultores, presidente do Instituto Atlântico e coordenador do Movimento Brasil Eficiente.

Contratos associativos na lei de defesa da concorrência

*Adriana Cardinal**

Desde a entrada em vigor da Lei n. 12.529/11, toda e qualquer concentração entre empresas, quando atendidos os critérios de faturamento dos grupos econômicos envolvidos (mínimo de R$ 75 milhões de um lado e de R$ 750 milhões, do outro), deve ser previamente aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Essa é uma condição para a consumação da operação, sob pena de aplicação de multa, que pode chegar a R$ 6 milhões, além da possibilidade de instauração de processo administrativo que pode levar à imposição de diversas penalidades, incluindo a determinação de desfazimento da transação, como ainda, de imposição de condições para eventual continuidade do negócio.

Por concentração entre empresas, deve-se entender aquelas operações definidas na lei como tal, desde uma fusão e aquisição (neste caso, de empresas ou ativos), a uma joint venture, um consórcio e um contrato associativo.

No caso dos consórcios, a lei exclui aqueles instituídos para fins de participação em licitações públicas, os quais ficam dispensados da aprovação do CADE, porque não são considerados concentração econômica para os fins da lei.

Dentre as transações previstas na lei como ato de concentração, a maior dificuldade seria a de entender o conceito de "contratos associativos".
Seria uma mera parceria? Um contrato com assunção conjunta de riscos?

Enfim, diversas eram as dúvidas a respeito, até que o CADE editou a Resolução n. 10, em 2014, de modo a esclarecer quais seriam as hipóteses que configuram um contrato como associativo. Para tanto, deve-se, em primeiro lugar, entender se a relação entre as empresas no objeto do contrato tem natureza horizontal (no mesmo mercado) ou vertical (ao longo da cadeia produtiva).

Se a natureza da relação for horizontal, será considerado o contrato como associativo sempre que a soma de suas participações no mercado relevante afetado pelo contrato for igual ou superior a 20% e, portanto, deve ser submetido previamente à apreciação do CADE.

Se, entretanto, a relação for vertical, para que o contrato seja considerado associativo, pelo menos uma das partes deve deter 30% ou mais dos mercados relevantes afetados pelo contrato, e desde que exista o compartilhamento de receitas ou prejuízos entre as Partes, ou que, do contrato, decorra relação de exclusividade.

O grande problema, portanto, reside nas relações verticais, pois os critérios carregam conceitos vagos que podem levar a diversas interpretações. Assim, em caso de dúvida, a empresa, para se resguardar, pode fazer uma consulta formal ao CADE, que nunca poderá ser em tese, levando a situação concreta ao seu conhecimento, para que avalie se seria ou não um caso de contrato associativo. Assim, a empresa evita agir em desacordo com a lei e age com a mais absoluta transparência, evitando a eventual imposição de sanções, pelo desconhecimento da lei ou do entendimento da autarquia.

Mesmo com a Resolução n. 10, ainda existe uma certa dificuldade para identificar os contratos associativos, mas as empresas precisam estar atentas e fazer uso das ferramentas dispostas na lei, para sempre agir em compliance, evitando-se qualquer condenação.

** Advogada.*

Por uma Constituinte exclusiva

*Eduardo Giannetti**

Em qualquer lugar do mundo, as regras do jogo e a qualidade dos jogadores são os dois elementos essenciais de um sistema político. No curto prazo, gostemos ou não, a qualidade dos políticos em exercício e dos postulantes a cargos públicos está dada: os jogadores são o que são e o que é razoável esperar deles dependerá do seu caráter e das oportunidades com que se deparam.

As regras do jogo, ao contrário, são passíveis de mudança. Elas definem os parâmetros, as restrições e os incentivos dentro dos quais correrá a partida.

É natural que o embate entre os que apoiam e rejeitam Dilma Rousseff – ou a realização de novas eleições – mobilize as paixões do momento, mas isso não deveria desviar a atenção do cerne da crise brasileira: a falência do presidencialismo de coalizão. Nenhuma troca de governantes – muito menos pela cúpula do PMDB – será capaz por si só de desatar o nó e solucionar o impasse a que chegamos.

O presidencialismo de coalizão tornou-se o *modus operandi* do poder no Brasil. Para governar, o presidente eleito precisa garantir maioria no Congresso. E, para obtê-la, ele cede nacos de poder – ministérios, cargos, verbas, estatais– aos partidos interessados em troca de apoio. "*Quid pro quo*": toma lá da cá.

À medida que o capital político do presidente se deprecia, o preço do apoio sobe. Quando FHC saiu a campo para aprovar a emenda da reeleição e quando Lula viu sua sobrevivência ameaçada pelo mensalão, ambos se aliaram ao que há de mais sinistro na política brasileira.

No governo Dilma, essa prática foi levada às raias do absurdo. No início do seu segundo mandato, com o capital político renovado nas urnas, ela loteou 39 ministérios entre dez partidos e nem sequer elegeu o presidente da Câmara dos Deputados. Entregou e não recebeu.

O Brasil tem 35 partidos registrados no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) – 28 com assento no Congresso Nacional – e não possui de fato nenhum partido. O que temos são grupos de interesse fragmentários – PMDB à frente – que se especializaram num jogo não cooperativo e predatório com o Executivo, baseado em táticas de bloqueio, chantagem e sucção de benesses.

O modelo é análogo ao da relação entre hospedeiro e parasita na biologia: quanto mais se enfraquece o executivo-hospedeiro, mais assanhados e gulosos se tornam os partidos-parasitas. A novidade é que o parasita-mor vislumbra agora a chance de virar hospedeiro. Alguns dos partidos "aliados" chegam a ser tão corruptos que não podem ser comprados, apenas alugados.

A disfuncionalidade da política brasileira decorre de um problema institucional. Daí que a simples troca dos atores ou uma improvisada gambiarra parlamentarista sejam, no melhor cenário, apenas paliativos fadados a ser rapidamente atropelados por novas crises e impasses.

A falência do presidencialismo de coalizão, precipitada pelo desastre do governo Dilma, impõe repensar o *modus operandi* da política brasileira: sistema de representação, financiamento de campanha e regras para a formação de uma quadro partidário sólido e consistente com a boa governança democrática.

O caminho é a convocação de uma Assembleia Constituinte exclusiva e restrita à reforma política. A regra primordial - daí o termo "exclusiva"- é separar o processo constitucional, responsável pela definição das regras do jogo, dos interesses em jogo no embate político-partidário: quem se eleger e participar da Constituinte fica impedido de se candidatar a cargos eletivos durante cinco anos.

A gravidade da crise permite sonhar com a possibilidade de que a nossa democracia deixe de ser um lamentável mal-entendido.

Matéria pulicada na Folha de São Paulo, dia 10/04/2016

Economista e escritor, é autor de "O Valor do Amanhã", publicado pela Companhia das Letras, e de "Trópicos Utópicos", que sairá em junho pela mesma editora.

O que as empresas brasileiras podem aprender com a Disney

*Alexandre Slivnik**

A Disney é a marca mais adorada do mundo, de acordo com uma pesquisa realizada em 2013 pela APCO Worldwide. E como é que eles sustentam uma altíssima taxa de fidelização de seus clientes por tantos anos? Por ser um grande apaixonado pela filosofia Disney, eu respondo essa pergunta com uma palavra de sete letras: CULTURA!

Muitas empresas acabam dando pouco significado para a sua cultura. Muitas não têm definição de missão, visão ou valores. Outras podem até ter, mas, muitas vezes, são simplesmente frases soltas que estão lá em um lindo quadro, mas sem que os colaboradores verdadeiramente saibam o real significado. Quer que sua marca seja adorada pelos seus clientes? Internalize o PROPÓSITO da sua empresa para os seus colaboradores. É isso que faz a Disney.

O propósito da Disney é criar felicidade para os seus guests (como são chamados os seus clientes). Para um colaborador da limpeza, por exemplo, ele sabe que o parque tem que estar limpo, pois parque sujo não cria felicidade.

Mesmo em tempos difíceis, com um alto custo de vida e o dólar também em alta, os brasileiros continuam indo para a Disney. Os brasileiros continuam sendo um dos três povos que mais visitam os parques da Disney.

Entretanto, durante o evento realizado em Orlando, na University of Central Florida Rosen College of Hospitality Management, foi apontado que os brasileiros têm gastado menos com compras, transporte e alimentação. Ou seja, estão economizando mais e assim conseguem garantir o básico: a viagem, hospedagem e as entradas dos parques.

Como fazem, o que deixam de comprar e pagar, como economizam... não importa. A questão é: mesmo com o dólar nas alturas continuam indo. Teimosia? Falta de opção? Loucura? Não, isso chama-se encantamento. Seja pelas imagens do parque, ou pelos desenhos animados que povoam os sonhos de crianças e adultos, conhecer a Disney é uma vontade que está sempre nos corações. Se você for a uma sala de aula, e perguntar qual o maior sonho daqueles alunos, certamente irá ouvir: abraçar o Mickey.

Bom, vamos para pa rte empresarial do reino encantando. O que está por trás disto tudo? O que motiva os brasileiros, mesmo em tempos de crise a abrirem as suas carteiras? Agora, reflita: você já adquiriu algum produto do qual não precisava porque foi muito bem atendido? Gastou mais do que pretendia em algo somente porque desejava uma excelente experiência?

Tenho certeza de que todas as respostas às questões anteriores foram sim. E o que as tornaram positiva foi o atendimento realizado por colaboradores dedicados e comprometidos em vender sonhos e experiências que marcarão por toda uma vida. São eles que fazem a magia acontecer. Esses profissionais extraordinários garantem o sucesso em todas as organizações, independente do segmento. E é justamente no relacionamento humano que essa excelência se manifesta de maneira mais clara e perceptível.

Quando isso se refere a um produto ou serviço, pesquisas mostram que, se o atendimento é excelente, o preço é o menos importante, pois o valor percebido por um cliente compõe-se da seguinte forma: 10% relacionado ao preço do produto e 90% relacionado a experiência do cliente.

Outra pesquisa mostra que consumidores, ao serem perguntados sobre o que os faz comprar em determinada loja, respondem em ordem de prioridade: 1- atendimento, 2- cumprir acordo, 3- qualidade do produto e 4- preço.

E é exatamente isto que acontece no maior e mais famoso complexo de entretenimento do mundo, e que as empresas brasileiras - principalmente em tempos de crise, devem absorver. O complexo recebe, pasme, 250 mil pessoas de todos os lugares do mundo todos os dias.

A Disney sabe que a satisfação do colaborador é o primeiro passo para ter uma organização sólida. Por isso, todo *cast member* (como são chamados os colaboradores da Disney) recebe um forte treinamento sobre a cultura, missão e valores. A empresa pensa nas ações de treinamento com o objetivo de buscar o sucesso. Executam ótimas contratações por atitudes e também reconhecem cada esforço da sua equipe.

Líderes excelentes formam colaboradores extraordinários. Esses, interagem com os clientes de maneira que trazem resultados acima do esperado, e isso promove a fidelidade a marca e garante a continuidade da empresa e o seu sucesso.

Seguindo investindo em treinamento e reconhecimento dos colaboradores, é possível ter clientes satisfeitos que vão trazer resultados financeiros e perpetuar o negócio. O principal fator que promove a satisfação dos convidados (clientes) é a interação com o seu elenco. Colaboradores excelentes no elenco são guiados, desenvolvidos e mantidos por excelentes líderes.

** Sócio-diretor do Instituto de Desenvolvimento Profissional (IDEPRO), diretor-executivo da Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento (ABTD) e diretor geral do Congresso Brasileiro de Treinamento e Desenvolvimento (CBTD).*

MOTTA, FERNANDES ROCHA

ADVOGADOS

Áreas de Atuação

- Administrativo
- Aeronáutico
- Ambiental
- Arbitragem
- Bancário
- Concorrencial
- Constitucional
- Contencioso
- Contratos
- Energia, Óleo e Gás
- Família e Sucessões
- Financiamentos, Operações Financeiras Estruturadas e Fundos de Investimento
- Fusões e Aquisições
- Imobiliário
- Infraestrutura e Financiamento de Projetos
- Mercado de Capitais
- Previdenciário
- Private Equity
- Propriedade Intelectual
- Reestruturação e Recuperação de Empresas
- Regulatório
- Seguros
- Societário
- Tecnologia e Direito Digital
- Telecomunicações
- Trabalhista
- Tributário e Planejamento Fiscal

WWW.MFRA.COM.BR

RIO DE JANEIRO

Av. Almirante Barroso, 52 - 5º andar Centro CEP 20031-000

Rio de Janeiro RJ Brasil Tel +55 (21) 2533 2200 | 3257 2200 | Fax +55 (21) 2262 2459

SÃO PAULO

Alameda Santos, 2335 - 10º, 11º e 12º andares Cerqueira César CEP 01419-101

São Paulo SP Brasil Tel +55 (11) 3082 9398 | 2192 9300 | Fax +55 (11) 3082 3272

designground

Livre comércio com EUA e Europa traria ganhos para o Brasil próximo a US$ 1 trilhão até 2030

O estudo integra o programa + Competitividade Brasil, que vai traçar ações para aumentar a inserção brasileira na cadeia global

Um acordo de livre comércio com Europa e Estados Unidos representaria um ganho de US$ 1,07 trilhão de dólares para a corrente de comércio do Brasil no período 2016-2030, de acordo com estudo Amcham–FGV, 'Impactos para o Brasil de acordos de livre comércio com EUA e União Europeia', apresentado dentro da agenda do programa Mais Competitividade Brasil da Câmara Americana de Comércio/Amcham, que envolvendo 5 mil empresas em prol da construção de uma agenda empresarial focada na maior inserção brasileira no comércio global.

O estudo foi apresentado por Lucas Ferraz, co-autor da pesquisa e coordenador do Núcleo de Modelagem do Centro do Comércio Global e Investimento da FGV, e Vera Thorstensen, coordenadora do Centro do Comércio Global e Investimento da FGV, na sede da Amcham – São Paulo.

Se um acordo semelhante fosse realizado separadamente com a Europa, a receita com comércio exterior seria de US$ 716,85 bilhões. "Um tratado de livre comércio com os EUA privilegiaria mais o setor de capital intensivo e o outro, com a Europa, tenderia a privilegiar um pouco mais o setor trabalho–terra intensivo. Mas os impactos na economia, no comércio e outros setores são significativos", afirmou Ferraz.

Na Europa, as exportações de produtos do agronegócio aumentariam 60,8% no período, aponta o pesquisador. Alguns produtos que se beneficiariam são o açúcar e alimentos. "Quando se fala de indústrias de transformação, observa-se um impacto menos favorável na União Europeia. A vantagem está no agronegócio."

No comércio bilateral com os Estados Unidos, dados do estudo revelam que o incremento das exportações seria de US$354 bilhões no período. A pauta exportadora seria formada por produtos de maior valor agregado, principalmente no setor de têxteis, vestuário e equipamentos de transporte. Segundo o estudo, as exportações de manufaturados brasileiros aumentariam em 15% e as importações, 8,6%. A receita com agronegócio cresceria 9,9%, e as importações do setor subiriam 8,4%.

> *A indústria brasileira vai cada vez perdendo mais competitividade porque insiste em competir no* **made in Brazil** *(fabricado no Brasil), quando lá fora está concorrendo com produtos que são* **made in the world** *(fabricado no mundo)"*

O estudo traçou seis cenários econômicos para traduzir em números o potencial dos acordos de livre comércio sobre a economia brasileira. Para os professores, "há modelos sem tarifas de importação, redução de barreiras não tarifárias. A melhor maneira de começar o debate é mostrar o potencial desses acordos. E a partir daí cabe aos negociadores brasileiros encontrar o equilíbrio."

A abertura ao comércio internacional também significa que o Brasil vai importar mais insumos, um movimento que Ferraz considera essencial para a melhoria dos manufaturados. "A indústria brasileira vai cada vez perdendo mais competitividade porque insiste em competir no *made in Brazil* (fabricado no Brasil, na tradução para o português), quando lá fora está concorrendo com produtos que são *made in the world* (fabricado no mundo)", segundo Ferraz.

Acordos de comércio elevaria PIB em 4%

Para os especialistas da FGV, acordos com países desenvolvidos como os EUA e com o bloco da UE trariam benefícios na integração do país nas cadeiras globais de valor, com a importação de bens intermediários e conteúdo tecnológico. Já a entrada do Brasil na Parceria Transatlântica (TTIP), acordo de livre-comércio desenhado por Estados Unidos e União Europeia (UE), levaria a um incremento de 4,26% no Produto Interno Bruto (PIB) do País em 2030. A assinatura do TTIP sem a participação do Brasil, segundo o estudo da Amcham, causaria um impacto no PIB real brasileiro causando uma dedução de 0,34%.

Para um acordo de preferencias comerciais com os EUA e eliminação de 100% das tarifas e 40% das NTBs, a projeção do estudo é de aumento das exportações (6,94%), importações (7,46%) e crescimento do PIB (em 1,29%). Já com a UE, nas mesmas condições, os benefícios seriam ainda maiores: um aumento de cerca de 12,33% nas exportações, 16,93% em importações e crescimento de 2,8% no PIB. O setor agrícola se beneficiaria com os dois acordos; já na indústria, poderia haver ganhos e perdas, dependendo do setor.

A recomendação do relatório é que haja cautela na hora de fechar os acordos. Um planejamento cuidadoso e a longo-prazo, envolvendo tanto a indústria quanto o governo, para que o setor seja reformado e assim ganhe níveis maiores de competitividade. O setor privado deveria promover a produtividade dentro da empresa, enquanto o governo investiria em medidas como redução da carga tributária, aumento na qualificação da força de trabalho e adoção de uma política fiscal que promova uma taxa de câmbio real mais estável.

Mais Competitividade Brasil

A pesquisa foi apresentada na manhã de ontem (9/5), em São Paulo, dentro do programa Mais Competitividade Brasil da Amcham, que tem como objetivo reunir propostas e sugestões de 5 mil empresas no país com foco no aumento da produtividade e inserção global nas companhias brasileiras.

A síntese completa do estudo da Amcham/FGV está disponível no seguinte link: http://estatico.amcham.com.br/arquivos/2016/estudo-fgv-mai.pdf

Estudo indica pistas da relação entre alfabetismo e comportamento financeiro

Realizado com base na metodologia Inaf, levantamento mostra que decisões financeiras no âmbito familiar se concentram nas mãos de adultos mais velhos, um grupo que tem menores níveis de alfabetismo

Apenas 7% dos que tomam decisões sobre as finanças familiares estão no nível Proficiente, considerado o mais alto da escala

O Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa, parceiros na criação e implementação do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), lançam – com o apoio do IBOPE Inteligência – o estudo especial Alfabetismo e Comportamento Financeiro, cujos resultados indicam algumas pistas sobre a relação entre alfabetismo e a maneira como as pessoas lidam com as finanças pessoais e familiares.

O estudo, que entrevistou 2002 pessoas entre 15 e 64 anos de idade, residentes em zonas urbanas e rurais de todas as regiões do País, foi desenvolvido com base na metodologia Inaf, que desde o estudo anterior – Alfabetismo no Mundo do Trabalho – , também realizado em 2015 e divulgado em fevereiro deste ano, passou a contemplar cinco grupos: Analfabeto, Rudimentar, Elementar, Intermediário e Proficiente.

Os níveis de alfabetismo medidos pelo Inaf são definidos a partir de habilidades de leitura, escrita e matemática, crescentemente exigidas nas situações do dia a dia nos mais diversos âmbitos da vida social. Um destes âmbitos é o do comportamento financeiro dos indivíduos, refletido na formação de poupança e no uso de mecanismos de financiamento.

"Viveu-se no Brasil um período de forte expansão do acesso do crédito pelas famílias, como consequência do ciclo de crescimento econômico, que levou à incorporação de um novo perfil de consumidor de serviços financeiros, provenientes da classe média emergente. Para contribuir com uma melhor compreensão desse novo cenário, decidimos realizar este estudo especial. Com base em um amplo conjunto de perguntas combinadas com o desempenho no teste cognitivo do Inaf, seus resultados permitem compreender as relações entre os diferentes níveis de alfabetismo e o comportamento das pessoas na gestão de seus recursos financeiros", explica Ana Lúcia Lima, diretora executiva do Instituto Paulo Montenegro.

"O estudo torna-se ainda mais relevante diante das perspectivas de um ciclo econômico recessivo, cujo impacto se faz sentir na formação de poupança e nos desafios de uso sustentável dos mecanismos de crédito por parte das famílias", destaca.

Responsabilidade sobre decisões financeiras

O estudo especial Alfabetismo e Comportamento Financeiro descreve algumas práticas financeiras dos entrevistados em âmbito pessoal e familiar, relacionando-as com os níveis de alfabetismo definidos pela escala Inaf.

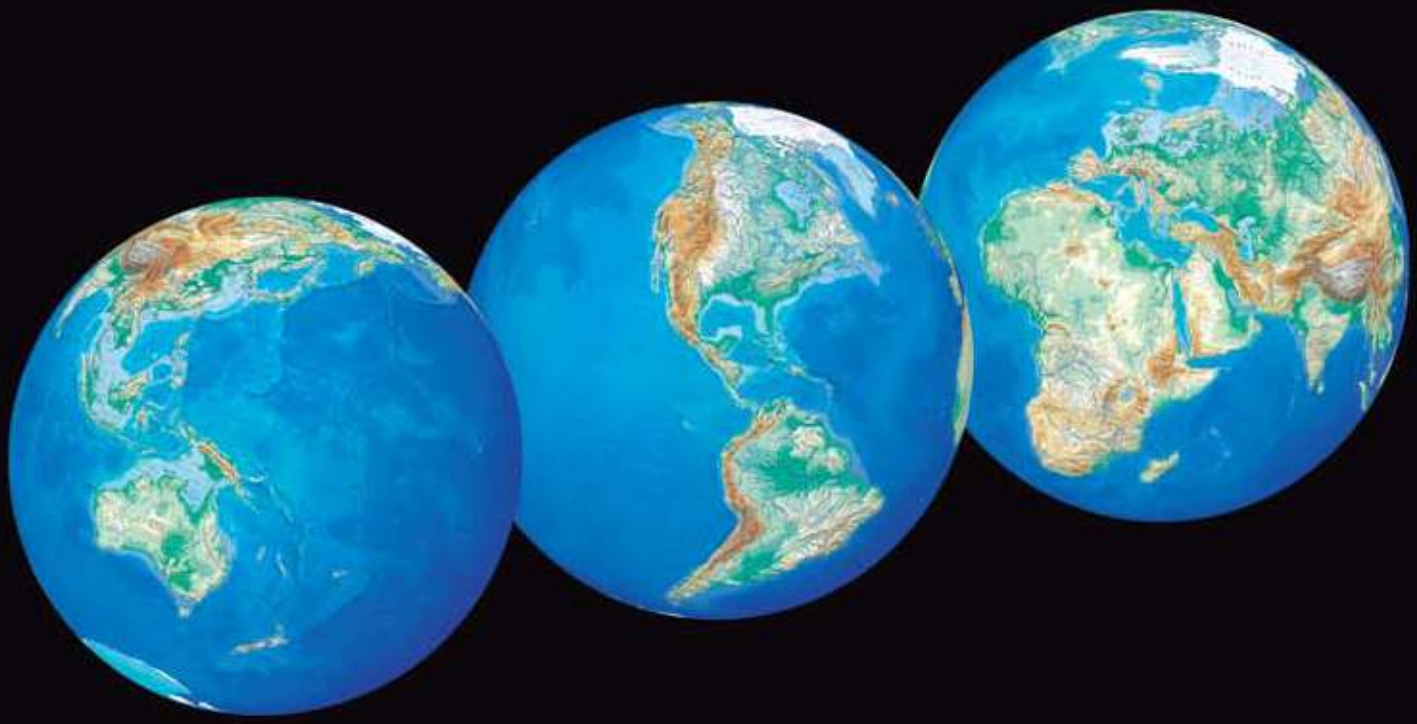
Na amostra pesquisada, 63% dos entrevistados declararam que participam das decisões financeiras em suas famílias: 36% tomam as decisões sozinhos; 23% afirmaram compartilhá-las com o cônjuge ou companheiro e 4% dividem essa decisão com outros membros da família. Os demais respondentes indicam como responsável pelas decisões financeiras em sua casa apenas o cônjuge/ companheiro (9%), pai/mãe/ adulto responsável (23%) ou outra pessoa (4%).

Na maioria dos casos observados neste estudo, a responsabilidade pelas decisões financeiras no âmbito familiar se concentra nas mãos aos adultos mais velhos, um grupo que tem menores níveis de alfabetismo. Como consequência, observa-se, por exemplo, que:

- 2 em cada 3 pessoas (67%) com nível rudimentar de alfabetismo são responsáveis por decisões financeiras em seus lares, sendo que 42% o fazem sem compartilhá-las com outro familiar.
- Já no grupo de alfabetismo em nível intermediário e proficiente, que reúne pessoas com maior escolaridade, cai a proporção de responsáveis pelas decisões financeiras para, respectivamente, 59% e 57%, e cresce a proporção de decisões compartilhadas com outros familiares para 30% versus 18% junto aos analfabetos.

Naquilo que sua empresa faz bem, invista para fazer cada vez melhor.

Escolha a nº 1 brasileira de auditoria independente.



Conte com a rede de membros da BKR International, com 500 escritórios em 82 países.

25anos

Lopes, Machado
Auditors, Consultants & Business Advisers

Independent Member of BKR International

55 21 2156-5800

novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br | www.lopesmachado.com

Auditoria | Compliance | Consultoria em Fusões e Aquisições | Consultoria Trabalhista e Previdenciária | Consultoria Tributária | Due Diligence

Siga-nos:

SEDE - NOVO ENDEREÇO:
Av. Graça Aranha, 416 - 11º andar | Centro | Rio de Janeiro - RJ

Macaé - RJ | São Paulo - SP | Belo Horizonte - MG | Recife - PE | Vila Velha - ES

Ativos financeiros globais podem perder trilhões de dólares com o aquecimento global

Uma média de US$ 2,5 trilhões, ou 1,8% dos ativos financeiros do mundo estarão sujeitos aos riscos das mudanças climáticas se até 2100 o aumento da temperatura média da superfície global alcançar 2,5°C acima do nível pré-industrial, de acordo com um novo estudo realizado por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Grantham sobre Mudanças do Climas e do Ambiente na London School of Economics and Political Science and Vivid Economics publicado no último mês de abril de 2016 na Revista "Nature Climate Change".

Esse número, no entanto, pode ser maior. Os autores - Simon Dietz, Alex Bowen, Charlie Dixon e Philip Gradwell - descobriram que incertezas na estimativa do 'Valor em Risco pelo clima" significam que há 1% de chance de que o aquecimento de 2,5°C em 2100 venha a ameaçar US$ 24 trilhões, ou 16,9% dos ativos financeiros globais. Os autores ressaltam que essas somas são maiores do que os US$ 5 trilhões estimados para a capitalização total do mercado de ações das empresas de combustíveis fósseis hoje.

Segundo os autores, limitar o aquecimento a 2° C em 2100 reduziria significativamente o 'Valor em Risco pelo clima". Nesse caso, o valor médio dos ativos financeiros globais em risco seria de US$ 1,7 trilhão, com 1% chance de que US$ 13,2 trilhões estejam em risco.

O coordenador desse estudo, o professor Simon Dietz, disse: "Nossos resultados podem surpreender os investidores, mas não será surpresa para muitos economistas que se debruçaram sobre os efeitos das alterações climáticas. Ao longo dos últimos anos, os modelos econômicos vêm gerando estimativas cada vez mais pessimistas sobre os impactos do aquecimento global sobre o crescimento economico futuro. Mas também descobrimos que cortar os gases de efeito estufa para limitar o aquecimento global a não mais do que 2°C reduz substancialmente o valor em risco pelo clima, nomeadamente o risco da cauda de grandes perdas. "

Os autores descobriram que mesmo quando se levam em conta os custos da redução nas emissões de gases de estufa para limitar o aquecimento a 2°C, o valor médio dos ativos financeiros globais seria de US$ 315 bilhões, ou 0,2 pontos percentuais maior do que se o aquecimento de 2,5 ° C em 2100 ocorrer por conta do caminho do 'business as usual' nas emissões globais.

De acordo com o Professor Dietz, "Mesmo quando levamos em conta o impacto financeiro dos esforços para reduzir as emissões, ainda percebemos que o valor esperado dos ativos financeiros é maior em um mundo que limita o aquecimento a 2°C. Isto significa que os investidores que não se importam com riscos optariam pela redução das emissões e os investidores avessos ao risco estriam ainda mais ansiosos para fazê-lo".

Ele acrescentou: "Nossa pesquisa ilustra os riscos da mudança climática para os retornos de investimento a longo prazo e mostra por que esta deveria ser uma questão importante para todos os investidores de longo prazo, como fundos de pensão, bem como reguladores financeiros preocupados com o potencial para correções nos preços de ativos devido a uma consciência dos riscos climáticos."

O Professor Dietz também chamou a atenção para as incertezas na estimativa do valor em risco pelo clima: "Embora sejamos os primeiros a produzir uma estimativa completa do Valor em Risco pelo clima usando um modelo econômico, é importante lembrar que existem enormes incertezas e dificuldades em realizar a modelagem econômica das mudanças climáticas, de modo que esta deve ser vista como a primeira palavra sobre o assunto, não a última."

4 razões para implantar um CSC na sua empresa

Instituto de Engenharia de Gestão (IEG) é referência no estudo sobre Centro de Serviços Compartilhados

Os Centros de Serviços Compartilhados (CSC), estruturas de centralização processual que cuidam das atividades de suporte de uma corporação (financeiro, contabilidade, RH, TI, logística) são usados por 90% das 100 maiores empresas do mundo segundo a revista Fortune.

No Brasil, essa estratégia de negócio começou nos anos de 1990, e teve um aumento significativo de implantações na crise econômica de 2008, quando as grandes companhias se viram obrigadas a buscar soluções para se manterem competitivas no mercado. Hoje, são mais de 200 centros implantados no Brasil, em sua maior parte na região sudeste, principalmente no estado de São Paulo.

1 Diante do novo cenário de instabilidade econômica, Vanessa Saavedra, sócia-diretora responsável pela área de Inteligência de Mercado do Instituto de Engenharia de Gestão (IEG), lista 4razões para uma empresa adotar um Centro de Serviços Compartilhados como estratégia.

2 Redução de custos: um dos benefícios imediatos alcançados pelas organizações que optam em adotar o CSC. A redução de custos é alcançada através da centralização dos processos transacionais, seguida da otimização de atividades e procedimentos, alcançado com uso de técnicas que permitem maior controle dos indicadores. Já a racionalização da operação é alcançada por meio da educação da demanda com a criação de controles de custeio, precificação e catálogos de serviço;

Melhoria na qualidade dos serviços prestados: 81% dos CSCs aplicam pesquisa de satisfação para seus clientes internos. Isso mostra que as empresas buscam competitividade e produtividade não apenas em custos, mas também em nível de serviço, preocupadas em traçar planos de ação para aprimorar suas operações. Com a evolução do mercado e a crise política e econômica no Brasil, os CSCs se tornaram mais participativos e relevantes na estratégia das organizações, passando a ser considerados também fontes geradoras de valor para os *stakeholders*;

3 Aumento da produtividade: a adoção de um padrão para cada uma das atividades existentes dentro do CSC permite a obtenção de resultados previsíveis e replicáveis, reduzindo erros e aumentando a velocidade operacional. Além disso, o acompanhamento de Indicadores de Performance permite mensurar a volumetria dos processos e o nível de eficácia do CSC;

4 Suporte no crescimento da empresa: ao centralizar as atividades transacionais em um Centro de Serviços, o modelo desonera a área corporativa e as unidades de negócio das responsabilidades de operações e processos de suporte, permitindo que estas foquem no core business da empresa. Além disso, os CSCs mais maduros buscam cada vez mais sinergia com as áreas do Corporativo visando auxiliar no aumento da produtividade e da competitividade da organização como parceiros de negócio. Os Centros permitem ainda maior flexibilidade para o crescimento organizacional se posicionando como alavanca para fusões e aquisições de empresas.

Tripés e prosperidade

*Ricardo E. Vieira Coelho**

Uma comunidade que pretenda ser civilizada e de fato formar uma Nação deve ter por base normas fundamentais (a Grundnorm, de Kelsen) que, no Brasil, são contempladas na Constituição Federal. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, de acordo com a Constituição brasileira, construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A Constituição estabelece que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito, formado pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.

Além dessa organização tripartite (União/Estados/Municípios), a Constituição brasileira adota o princípio da tripartição dos poderes, de raízes antigas e notabilizadas por Montesquieu, afastando o trinômio clero/nobreza/povo, com o objetivo de dividir a autonomia e evitar assim a anarquia ou o despotismo, ao estabelecer que o Legislativo, o Executivo e o Judiciário são poderes da União, independentes e harmônicos entre si. Cabe ao Executivo notadamente a atividade administrativa do governo, conferindo estabilidade e energia. O Legislativo (através do Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal) tem a função essencial de produzir leis e fiscalizá-las (com o auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU), refletindo a opinião pública com as suas variações políticas: todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição. O Judiciário tem a função precípua de resolver conflitos de interesses, aplicando o direito ao caso concreto.

Ao tratar da organização desses 3 Poderes, a Constituição brasileira dispõe ainda em 3 seções sobre as funções essenciais à Justiça: (i) o Ministério Público (instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, observados os princípios da unidade, individualidade e independência funcional, que tem por chefe o Procurador-Geral da República); (ii) a Advocacia Geral da União – AGU (instituição que representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe nos termos da lei complementar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo); e (iii) a Advocacia (sendo o advogado indispensável à administração da justiça, inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, no limite da lei) e a Defensoria Pública

(instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa dos necessitados).

Os direitos (e deveres) individuais e coletivos, sociais e políticos também estão em 3 capítulos do título que aborda os direitos e garantias fundamentais na Constituição brasileira.

A Constituição brasileira também trata da ordem econômica e financeira. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os princípios da soberania nacional, da propriedade privada, da função social da propriedade, da livre concorrência, da defesa do consumidor, da defesa do meio ambiente, da redução das desigualdades regionais e sociais e da busca do pleno emprego. Tudo isso em linha com os fundamentos da soberania, da cidadania, da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e do pluralismo político, elencados já no bojo da Constituição.

Também as Finanças Públicas, devido à sua importância, têm suas regras primordiais na Constituição. A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco Central, sendo vedado ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira. O Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.

Ora, a Constituição cria uma série de obrigações de aporte de recursos pela União, seja através da repartição das receitas tributárias, com transferências obrigatórias a fundos de participação dos Estados e dos Municípios, incentivos regionais ou setoriais, seja para aplicação nas áreas da saúde ou programas de desenvolvimento econômico, todas despesas de caráter obrigatório, sem mencionar as de custeio com pessoal. A disponibilidade de recursos da União depende basicamente da emissão de papel moeda; da colocação de títulos públicos; das receitas tributárias, dos rendimentos pelo uso ou receita por alienação de bens públicos e da captação de recursos de terceiros (empréstimos e financiamentos).

Ao fazermos uma comparação muito singela, percebe-se facilmente que o valor de uma fruta ou legume pode variar ao longo do ano, conforme a venda seja feita durante ou fora da estação apropriada para produção e colheita. Dessa forma, esse valor flutua tanto em função da abundância ou escassez na oferta da mercadoria, quanto da procura pela mercadoria. O mesmo acontece com a moeda de um país que, ao longo da história, já esteve lastreada em elementos tais quais sal, gado, metais preciosos (prata e ouro, por exemplo), direitos especiais de saque do Fundo Monetário Internacional, e atualmente pode flutuar em razão da credibilidade na economia de um país. Quanto maior a quantidade de moeda em circulação, maior a tendência à desvalorização do poder de compra da moeda e consequente aumento dos preços, se não for acompanhado de um aumento correspondente na produção de bens e serviços. Essa situação inflacionária, de origem complexa, causada especialmente pela expansão monetária descontrolada e aumento de preços, visto que não acompanhados por equivalente aumento da produção, corrói o poder de compra da moeda e traz consigo um perverso tributo invisível que sacrifica a todos e, em particular, aos que tenham menos facilidade de acesso a mecanismos de proteção do valor da moeda.

Não parece haver dúvida de que esse tipo de situação iria de encontro aos objetivos e direitos fundamentais trazidos pela Constituição brasileira. Abandonado o trinômio da economia colonial brasileira baseado na monocultura, latifúndio e mão-de-obra escrava, o Brasil passou a viver um importante ciclo de crescimento econômico no século XX, em compasso com o desenvolvimento da ciência econômica. As diretrizes econômicas adotadas pelo Brasil no início do século XXI, entretanto, mediante a adoção de estímulos subsidiados ao consumo, sem preocupação com a fragilidade dessa política a médio e longo prazos, e de tempero quase populista, conjugadas com alterações do apetite externo por commodities que sustentam a

pauta de comércio exterior do país, levaram o Brasil a um cenário de recessão que, aliado a investigações sobre escandalosos esquemas de corrupção generalizada nos altos escalões de governo e seus desdobramentos políticos, paralisou grande parte da economia nacional. O Brasil contemporâneo parece ter entendido a lição, enfatizada mais recentemente pelos caciques da economia durante os anos 90, por ocasião da criação do Plano Real, da importância da responsabilidade fiscal na administração da coisa pública e adoção do tripé macroeconômico baseado no regime de metas da inflação, metas fiscais e câmbio flutuante, como forma de assegurar o desenvolvimento econômico do país de forma estável, previsível e duradoura.

A fase de emissão desenfreada de moeda para financiar custos e investimentos do governo, muitas vezes de caráter abusivo ou eleitoreiro, parece ter tido fim com a adoção do Plano Real, com políticas rígidas de responsabilidade fiscal e através do qual o Banco Central do Brasil passou a emitir o Real mediante a prévia vinculação de reservas internacionais em valor equivalente. As reservas internacionais passíveis de utilização para composição desse lastro para emissão do Real são os ativos de liquidez internacional denominados ou conversíveis em dólares dos EUA. A paridade a ser obedecida, para fins dessa equivalência, foi fixada em um dólar dos EUA para cada Real emitido, podendo ser modificada por decisão do Conselho Monetário Nacional.

O regime de metas de inflação procura trazer previsibilidade e norteamento da política monetária por parte do governo. A responsabilidade fiscal por sua vez pode ser traduzida na simples máxima de que não se deve gastar mais do que se recebe, isto é as despesas do governo não devem superar o que se consegue arrecadar. O equilíbrio fiscal depende da arrecadação de tributos, observadas as limitações ao poder de tributar, corte de despesas, redução da presença estatal na economia através de programa adequado de desestatização e boa administração de recursos públicos.

As instituições brasileiras têm funcionado a contento, cada uma em seu ritmo próprio e sujeita a suas variações políticas, apropriadas ao Poder a que se vinculam e, sobretudo, amparadas em manifestações populares de brado retumbante e uma destacada atuação do Ministério Público com intrepidez e tenacidade no cumprimento do seu papel de instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Isso significa dizer que, com a premência do reequilíbrio das contas públicas em direção à estabilidade e retomada sustentável do crescimento econômico, não seria surpreendente o país deparar-se com um novo ciclo de negócios, com redução da presença estatal mediante a adoção de políticas de desinvestimento governamental em seus diversos níveis, com parcerias e concessões, captação de recursos através de empréstimos e financiamentos destinados a renegociar dívidas e alongar o perfil de endividamento, além de assegurar projetos de investimentos nas áreas de infraestrutura, saúde, segurança e educação.

O aumento da procura por bens e produtos decorrente de um aumento subsidiado do poder de compra sem correspondente aumento da produção tem impacto inflacionário, combatido mediante elevação das taxas de juros, o que por sua vez atrai capitais estrangeiros para aplicações financeiras de curto prazo e reduzem a cotação do câmbio, prejudicando o volume das exportações. Isso pode exigir atuação governamental para compra de moeda estrangeira, a fim de manter o câmbio flutuante sem impacto indesejável na balança de comércio exterior. Por outro lado, a aquisição de moeda estrangeira traz liquidez à economia, o que pode fazer com que o governo coloque títulos no mercado para evitar uma expansão monetária que seja inflacionária. Um desafio e tanto administrar todas essas variáveis de forma equilibrada.

O desenvolvimento e a prosperidade de uma Nação como o Brasil repousam na habilidade de convivência e respeito mútuo entre os 3 Poderes, nas 3 esferas de governo e observado o tripé macroeconômico. Certamente, medidas necessárias para um bom recomeço."

Advogado do escritório Pinheiro Neto.

Duracell Company inicia operação independente no Brasil

Consolidada a transição para o fundo de investimento Berkshire Hathaway, Duracell planeja manter seu o crescimento no Brasil e desenvolver o segmento de energia portátil

Desde o início de março, a Duracell, até então marca de pilhas da P&G, passou a operar de forma independente, como uma nova empresa: a Duracell Company. A marca foi comprada pela Berkshire Hathaway, fundo de investimento de Warren Buffett, que a transformou em uma empresa de energia portátil, com foco em pilhas alcalinas, pilhas recarregáveis e carregadores.

No Brasil, Duracell manterá sua operação com a atuação de um time multifuncional de cerca de 25 pessoas, lideradas por Rafael Gisse, responsável pela marca na gestão anterior e agora nomeado Gerente Geral de Duracell no Brasil.

Segundo o executivo, a prioridade para esse momento de transição é manter a qualidade do serviço oferecido pela companhia. "Estruturamos uma nova empresa para mantermos o que já fazemos de melhor: investir em inovação, trazer nossos melhores produtos e, agora, atuando com mais foco ainda, já que nosso time está 100% voltado para Duracell", anuncia o executivo. Com essa estrutura exclusiva, a empresa espera reforçar o atendimento aos consumidores e estreitar o relacionamento com seus parceiros comerciais.

Duracell é marca líder mundial em pilhas alcalinas. No Brasil, a empresa também lidera e responde por cerca de 47,2% das vendas em valor (Dados Nielsen Set.15) no segmento de alcalinas. "Vemos o Brasil como um mercado de muitas oportunidades para a empresa e para a categoria como um todo, pois ainda possui um consumo grande de pilhas de zinco", comemora Gisse.

Em função disso, o Brasil foi escolhido como um dos poucos mercados da América Latina a ter operação dedicada. O país é um importante mercado para a Duracell já que corresponde a 47% do mercado de pilhas da América Latina (fonte: WWMD Dez15). Além disso, o país oferece oportunidades para crescer a categoria de energia portátil como um todo.

Mesmo já bem estabelecido, o mercado de pilhas segue em crescimento no Brasil. No último ano, a categoria teve um crescimento de 4.9% em valor. Muito desse crescimento foi alavancado pelo segmento de pilhas alcalinas, liderado por Duracell. O crescimento em alcalinas no mercado foi de 5.7% em valor. (Dados Nielsen, comparativo 2014 / 2015).

O crescimento da categoria mostra que o consumo por pilhas não diminui e, mais do que isso, que o consumidor tem buscado mais inovação e qualidade nos produtos. "Acreditamos que Duracell vai manter seu crescimento, ajudando a impulsionar o mercado de pilhas alcalinas, que trazem tecnologia e maior durabilidade em comparação com as pilhas comuns de zinco", completa Gisse.

RFB divulga Plano Anual de Fiscalização

*Rodrigo Munhoz e Claudio Luzzi**

Foi divulgado o Plano Anual de Fiscalização de 2016 da Receita Federal do Brasil (RFB). Um dos destaques é a queda de 16,6%, em 2015, do montante de créditos constituídos/lançados, em comparação com 2014. O valor acumulado no último ano ficou em R$ 125,6 bilhões, ante R$ 150,5 bilhões em 2014. O primeiro semestre de 2015 superou o de 2014 (39,7%), fato que não se repetiu no segundo semestre.

Houve uma queda, ainda, no número total de operações realizadas pelo Fisco em relação ao ano anterior (24,18%). Na comparação com o mesmo período, a quantidade de autuações diminuiu entre 30% e 40%. Em grande parte dos segmentos, houve variação negativa em relação aos valores de créditos tributários constituídos. No setor industrial, a redução foi de 33%, no comercial, de 30,1%, e no de serviços, de 16,5%.

Para 2016, o foco da fiscalização continuará sendo os contribuintes de maior capacidade contributiva. A RFB informou que 20 mil contribuintes já estão na sua mira, tendo em vista supostos indícios de irregularidade.

Uma grande aliada da RFB, sem dúvidas, é a tecnologia, cujas ferramentas serão de suma importância para o monitoramento das informações prestadas pelos contribuintes (por exemplo: e-financeira, e-social e SPED).

Por fim, a expectativa da RFB é que, em 2016, sejam lançados/recuperados R$ 155,4 bilhões (valor superior a 2014). As operações que terão atenção especial do órgão em 2016 são aquelas ligadas a:

- Planejamento tributário vinculado a eventos de reorganização societária com geração de ativos amortizáveis;
- Planejamento tributário envolvendo fundos de investimentos em participações;
- Tributação de resultados auferidos em controladas e coligadas no exterior;
- Sonegação envolvendo distribuição isenta de lucro;
- Evasão nos setores de cigarro, bebidas e combustíveis;
- Planejamento tributário envolvendo direito de imagens de profissionais.

** Sócio de Tax Controversy da EY e Claudio Luzzi, gerente sênior de Tax Controversy da EY*

EY
Building a better working world

Você vai esperar o futuro ou fazer acontecer?

Ajude a construir um mundo de negócios melhor!

ey.com.br/transparencia

Rio2016
Rio2016 JOGOS PARALÍMPICOS
APOIADOR OFICIAL

Ernst & Young agora é EY ▸ Auditoria | Consultoria | Impostos | Transações

© 2016 EYGM Limited. Todos os direitos reservados.

TM Rio 2016

Economias emergentes precisarão dobrar seus investimentos em energia nas próximas décadas, segundo Bain&Company

Estudo realizado em parceria com o World Economic Forum estima que serão necessários US$495 bilhões anuais em 2040 para satisfazer a demanda energética dos países subdesenvolvidos

Um estudo realizado pela Bain & Company que apresentado no World Economic Forum em Davos revela que até 2040, os países não pertencentes à OCDE precisarão dobrar seus investimentos em energia para conseguirem atender às demandas crescentes de suas economias, passando de US$ 250 bilhões para US$495 bilhões anuais, em decorrência do efeito combinado de fatores como o crescimento das populações, o aumento do consumo e o aumento do investimento em energias renováveis – a expectativa é de que esse custo supere o dos países membros da OCDE numa proporção de 2 para 1. Historicamente, o setor público é responsável por 70% do fornecimento de eletricidade nos países não membros da OCDE, mas com a demanda por investimentos cada vez maiores torna-se inviável manter essa proporção. Além disso, o estudo da Bain estima que nos próximos 25 anos os mercados emergentes deterão maior capacidade de geração de energia renovável do que os seus homólogos desenvolvidos. Consequentemente, essas economias estão se voltando para os investidores nacionais e internacionais com o intuito de financiar a demanda por energia elétrica, suprindo o *gap* energético com suporte dos mercados de países desenvolvidos. No entanto, as economias em desenvolvimento podem encontrar dificuldades para atrair investidores privados, muitas vezes cautelosos com os retornos voláteis dessas economias, decorrentes da situação econômica instável e da existência de políticas e regulamentos opacos.

O estudo elaborado pela Bain&Company procura ajudar as economias emergentes a enfrentar esse desafio, trazendo oito práticas essenciais que podem ajudá-las a tornar seus mercados de energia mais atraentes para os investidores:

PARA OS LEGISLADORES:

- Busca pelos caminhos mais eficientes para atingir objetivos políticos: os legisladores precisam desenvolver roteiros de longo prazo capazes de garantir o equilíbrio entre a geração renovável e convencional, centralizada e distribuída.
- Desenvolvimento de políticas integradas que garantam o desenvolvimento paralelo da cadeia de valor energético

PARA AS AGÊNCIAS REGULADORAS:

- Aproveitamento do declínio da curva de declínio de custo tecnológico: o declínio de custos tem sido rapidamente impulsionado pelo ritmo de implantação global, de maneira que é importante capitalizá-lo, evitando o desejo de promover as tecnologias que provavelmente permanecerão com alto custo de implantação devido à falta de escala.
- Proporcionar condições de concorrência equitativas para as tecnologias, refletindo redução das emissões carbono e segurança no abastecimento.
- Garantia de operações tecnica e financeiramente viáveis ao longo da cadeia de valor: as agências reguladoras precisam se reunir com fornecedores para reduzir as perdas não calculadas e garantir que os subsídios tarifários sejam totalmente financiados.
- Criar parcerias público-privadas eficazes para atrair o capital do setor privado: o setor privado deve buscar envolvimento com articuladores dos poderes executivo e legislativo para que as parcerias público-privadas sejam transparentes e independentes.

PARA OS INVESTIDORES:

- Alimentar um ambiente de negócios favorável ao investimento: para tanto, é importante colocar em prática medidas para reduzir o risco e diminuir os custos de capital, alocando os riscos residuais para os mercados mais adequados.
- Investir em educação, pesquisa e desenvolvimento.

"À medida que as grandes economias emergentes percebem que seus mercados de energia não conseguirão crescer sem injeção de capital privado, elas terão que se equipar para enfrentar a concorrência crescente por recursos, na medida em que passarão a competir tanto com outros mercados em desenvolvimento quanto com países da OCDE. Vencerão a corrida os países que conseguirem adotar uma postura disciplinada e focada em resultados a longo prazo" analisa Antonio Farinha, sócio da Bain & Company.

Plano de negócios da Petrobras é suicídio

*Carlos Rittl**

Observatório do Clima alerta estatal contra risco de concentrar investimentos no pré-sal e desinvestir em biocombustíveis e diz que empresa precisa começar a preparar saída do petróleo

A Petrobras está criando problemas para o próprio futuro ao focar seu plano de negócios na exploração do petróleo do pré-sal e ao se desfazer de ativos em energias renováveis e biocombustíveis. O risco foi apontado pelo Observatório do Clima em carta enviada ao presidente e ao Conselho Diretor da estatal, que se reuniu para reformular o estatuto da empresa.

Na visão do OC, a maneira como a Petrobras está buscando resolver seu problema de endividamento ao dobrar a aposta nos combustíveis fósseis equivale ao suicídio comercial, já que a economia e a política internacional começam a indicar que a era do óleo está com os dias contados. A empresa precisa, com urgência, planejar o futuro além do petróleo, e não há no momento sinais de que isso esteja acontecendo.

"O sino da morte para o petróleo tocou com a adoção do Acordo de Paris, que recebeu adesão recorde dos países e caminha para entrar em vigor antes mesmo do prazo oficial", disse Carlos Rittl, secretário-executivo do Observatório do Clima. "Se a Petrobras não planejar desde já como deixará de ser uma empresa de óleo e gás para tornar-se uma empresa predominantemente de energia renovável, ela não sobreviverá no médio e longo prazo."

As empresas de petróleo enfrentam desafios múltiplos. Primeiro, a queda no preço da commodity, que se soma a uma gradual desaceleração da demanda. O preço mais baixo, que não deve se alterar em muito tempo, tende a tornar economicamente inviáveis os chamados projetos "não-convencionais", como as areias betuminosas do Canadá, o Ártico e o pré-sal, regiões cujo custo de extração varia entre US$ 40 e US$ 50 o barril. Embora a Petrobras diga que tem campos no cujos investimentos já foram amortizados, o que torna a extração viável, esse "colchão" deve durar cerca de três anos apenas – tempo insuficiente para acelerar a produção até os níveis de produção esperados pelo governo na década passada, quando o óleo na camada pré-sal foi descoberto.

Em cima disso há as restrições climáticas. Para evitar que o planeta sofra mudanças climáticas perigosas, o Acordo de Paris estabeleceu a meta de limitar o aquecimento global a "bem menos de 2oC". E o único jeito de fazer isso é descarbonizar a economia global, em especial o setor de energia, antes do meio do século – deixando a maior parte dos combustíveis fósseis no subsolo. Esta não é uma recomendação de ambientalistas, e sim uma constatação da Agência Internacional de Energia.

O risco de que as reservas de combustíveis fósseis se tornem "ativos encalhados" tem feito fundos soberanos, de pensão e outros desinvestirem de empresas de carvão, óleo e gás. Os investimentos tendem a se concentrar nas energias renováveis, que não estão sujeitas a restrições governamentais e ainda podem remunerar os investidores com inovação tecnológica.

"O crescimento vertiginoso das renováveis, as restrições impostas pela necessidade de descarbonização e os preços em queda criam uma tempestade perfeita para o setor de óleo e gás", diz André Ferretti, gerente de Estratégias de Conservação da Fundação Grupo Boticário e coordenador geral do Observatório do Clima. "Empresas responsáveis precisam diversificar seu portfólio para reduzir a dependência de um ativo cada vez mais problemático e evitar prejuízos a seus acionistas. A Petrobras tem de fazer o mesmo com urgência, já que sua saúde financeira não interessa apenas a seus acionistas, mas a todo o povo brasileiro."

O Observatório do Clima é uma rede de 41 organizações da sociedade civil formada para discutir as mudanças climáticas no contexto brasileiro. Atua na formulação, no acompanhamento e no monitoramento de políticas públicas para clima no Brasil. Conheça os nossos membros e nossos princípios
http://www.observatoriodoclima.eco.br

** Secretário-executivo do Observatório do Clima.*

Novas propostas para o licenciamento ambiental no Brasil

*Renata Piazzon**

Ministérios Públicos Federal e Estadual realizam audiência pública para discutir as propostas que tramitam no Congresso e no Conama e que pretendem regulamentar o processo de licenciamento ambiental no Brasil. O debate se deu em torno dos projetos de lei do Senado Federal (PL 654/2015), da Câmara dos Deputados (PL 3.729/2004) e da minuta da Abema, que agrega os órgãos ambientais estaduais, de revogação das principais resoluções que tratam sobre o licenciamento ambiental no país, as Resoluções Conama 01/1986 e 237/1997.

Convém aqui destacar as pretendidas inovações do PL 654/2015, projeto de maior debate durante a audiência pública e que propõe o licenciamento ambiental especial de empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos ao país, tais como sistemas viário, hidroviário, ferroviário e aeroviário, portos e instalações portuárias, energia e telecomunicações.

A exposição de motivos da proposta inclui, dentre outros, a sobreposição de atuações de órgãos ambientais, a paralisação do licenciamento em decorrência de decisões judiciais, a carência de técnicos análise dos estudos e fiscalização e a complexidade inerente ao processo de licenciamento ambiental, que como regra exige a emissão de três licenças distintas (Licenças Prévia, de Instalação e de Operação).

Sob a premissa de que o processo de licenciamento ambiental é o vilão dos investimentos do país, o projeto estabelece um rito uno, com a emissão de uma única licença ambiental integrada, aos empreendimentos de infraestrutura a serem indicados por decreto do Poder Executivo.

Caso aprovado, a previsão é de que o processo de licenciamento se encerre em até 7 meses, contados da solicitação da licença pelo empreendedor, o que implica a obediência de prazos exíguos de: (i) 10 dias para definição de comitê responsável pelo licenciamento do empreendimento; (ii) 60 dias para apresentação dos estudos ambientais necessários para a implantação do projeto; (iii) 60 dias para análise dos estudos pelo comitê e solicitação de esclarecimentos adicionais, o que poderá ser feito uma única vez; e, (iv) 60 dias para análise da nova documentação e elaboração de parecer técnico conclusivo quanto à concessão da licença ambiental integrada.

Dentre os prazos que mais chamam a atenção está o de 60 dias para a elaboração e apresentação do estudo ambiental que servirá de base para o licenciamento único e deverá contemplar, a critério do órgão ambiental, a análise sobre a sinergia dos impactos ambientais negativos de outros empreendimentos em operação ou projetados para a mesma área de influência.

Vale destacar que hoje a Resolução Conama 01/1986 exige o estudo ambiental mais robusto - denominado EIA/RIMA - aos projetos de infraestrutura em discussão na proposta do Senado Federal, que em média leva de 6

meses a 1 ano para ser concluído, sem contar as audiências públicas necessárias para que sejam prestados quaisquer esclarecimentos sobre o projeto.

Não parece viável, assim, que o mesmo estudo seja conduzido e apresentado em até 2 meses e que os órgãos ambientais tenham condições institucionais e orçamentárias suficientes para cumprir os novos prazos propostos. Importa mencionar, ainda, o risco de o EIA/RIMA deixar de contemplar avaliações essenciais à instalação do projeto, o que poderia dar ensejo a questionamentos do processo de licenciamento ambiental pelo Ministério Público, não sendo atingida a celeridade apontada como principal objetivo do projeto de lei.

O projeto de lei cria ainda a figura do licenciamento tácito ao estabelecer que os órgãos intervenientes que queiram participar do comitê criado para o licenciamento ambiental do empreendimento, tais como FUNAI, IPHAN e ICMBio, devem se manifestar em até 5 dias da constituição do comitê. O descumprimento de tal prazo implicaria em consentimento dos órgãos públicos ao processo de licenciamento ambiental especial.

Igualmente, não parece haver condições institucionais para o cumprimento de referido prazo, podendo o licenciamento ambiental deixar de contemplar a participação de órgãos essenciais ao longo do processo. Eventual aprovação tácita fere, ainda, a livre manifestação dos órgãos ambientais e das comunidades atingidas pelo projeto a ser licenciado.

Alguns pontos da proposta da Abema, que esteve com consulta pública por 10 dias e se encontra sob análise do Grupo de Trabalho sobre Licenciamento criado com representantes da sociedade civil, também merecem destaque.

O primeiro se refere à ausência de critérios pré-definidos no âmbito federal para o enquadramento do empreendimento a ser licenciado em uma das quatro modalidades previstas na minuta: licenciamento ambiental trifásico, unificado, por adesão e compromisso e por registro.

Neste caso, a excessiva discricionariedade transferida da União aos órgãos estaduais, inclusive com possibilidade de redução de etapas de licenciamento em projetos de significativo impacto, poderia agravar a discrepância entre as regulamentações estaduais, com possibilidade de facilitação de investimentos em determinados Estados em detrimento de outros.

O segundo surge da ausência de menção a fases até então consideradas imprescindíveis ao licenciamento ambiental, em especial a audiência pública, bem como a exclusão de determinadas atividades até então passíveis de licenciamento ambiental pela Resolução Conama 237/1997, tais como o parcelamento do solo, a implantação de distritos industriais e a transmissão de energia elétrica.

Ora, é notório que o sistema de licenciamento ambiental no Brasil merece uma reforma e que deve ser garantida a sua celeridade, a fim de promover o desenvolvimento sustentável do país. Entretanto, a redução excessiva de prazos para a condução dos estudos ambientais, bem como a exclusão de etapas essenciais ao licenciamento anteriormente previstas, pode causar efeito adverso e aumentar o questionamento dos processos de licenciamento ambiental pela via judicial, já que determinados conflitos decorrentes da instalação dos empreendimentos poderão não ser resolvidos dentro dos novos prazos.

Frise-se que o licenciamento ambiental é um mecanismo fundamental de controle da poluição e degradação ambiental e da prevenção de desastres e que é preciso que os diversos atores - órgãos ambientais, Ministérios Públicos Federal e Estadual, sociedade civil, academia - trabalhem para a construção de um entendimento conjunto quanto aos seus novos rumos.

A audiência pública levantou pontos críticos relacionados à reforma do licenciamento ambiental do país, mas é preciso que haja a construção conjunta de um novo marco que garanta um licenciamento célere e eficaz, sem olvidar a prevenção e o monitoramento dos impactos ambientais decorrentes da implantação de atividades potencialmente poluidoras no país.

**** Advogada ambiental, coordenadora do Departamento Ambiental do Lobo & de Rizzo Advogados e professora de Direito Ambiental da PUC-SP.***

Marco Aurélio Godoy trabalha na Equipe de Resgate do Grupo CCR.

Graças ao atendimento rápido e à qualidade das rodovias, Godoy e toda a equipe do Grupo CCR já realizaram milhões de atendimentos e salvaram muitas vidas.

GrupoCCROficial YouTube GrupoCCROficial www.grupoccr.com.br

mood\TBWA
Por meio de câmeras, o Centro de Controle Operacional (CCO) da CCR monitora as rodovias 24 horas por dia e avisa Godoy em caso de ocorrências.
CCR AutoBAn
MESMO QUANDO VOCÊ NÃO VÊ, O GRUPO CCR ESTÁ TRABALHANDO PARA CUIDAR DE VOCÊ.
Mais do que administrar rodovias, metrôs, aeroportos e barcas, a missão do Grupo CCR é facilitar o seu dia a dia. Garantir que você chegue lá com tranquilidade e segurança e abrir sempre novos caminhos para que tudo também chegue até você. Afinal, pelo céu, pelo mar, pela terra ou pelos trilhos, nosso destino é sempre a sua felicidade.
É por aqui que você chega lá.
CCR

Crise leva investidor para os EUA

Pesquisa aponta que EUA têm os investimentos imobiliários mais estáveis e seguros

O cenário político-econômico doméstico tem sido a válvula propulsora para muitos brasileiros redirecionarem seus investimentos para fundos imobiliários norte-americanos.

A 24ª pesquisa anual realizada recentemente com os membros da Associação de Investidores Estrangeiros em Imóveis (AFIRE) mostrou que a maioria desses investidores acredita no crescimento da aplicação em imóveis nos EUA em 2016. Cerca de 31% deles dizem que esperam manter ou reinvestir seus investimentos (e nenhum acredita em uma grande diminuição). Os membros da AFIRE estão entre os maiores investidores institucionais imobiliários do mundo e têm cerca de US$ 2 trilhões em ativos imobiliários sob gestão global.

De olho nesse segmento, a Investir USA Expo, maior evento da América Latina de investimentos imobiliários nos Estados Unidos, que está na sua 11ª edição, promove o encontro de investidores brasileiros com mais de 20 expositores (construtoras, imobiliárias, escritórios de advocacia e imigração, além de órgãos oficiais do governo americano). Tributação, recolocação, inclusão educacional e empreendedorismo, para os que pensam também em ter negócios por lá, estão na pauta das palestras programadas.

A pesquisa da AFIRE mostrou também que 60% dos entrevistados disseram que os EUA foram o país que proveu os investimentos imobiliários mais estáveis e seguros. Em comparação, a Alemanha, que ficou em segundo lugar, teve apenas 19% dos votos. Com 46% dos votos, os EUA também foram citados como o país que fornece a melhor oportunidade para valorização do capital, seguindo pelo Brasil, com 17%, conforme mostra o ranking abaixo:

País mais estável e seguro para Investimento Imobiliário:

1. USA (nº 1 em 2015)
2. Alemanha (nº 2 em 2015)
3. Reino Unido (nº 3 em 2015)
4. Canadá (nº 4 em 2015)
5. Austrália (fora do ranking em 2015)

País que fornece a melhor oportunidade para apreciação de capital:

1. USA (nº 1 em 2015)
2. Brasil (nº 5 em 2015)
3. Espanha (nº 2 em 2015)
4. Irlanda (fora do ranking em 2015)
5. Reino Unido (nº 3 em 2015)

Viver só de commodities não dá

*Ricardo Nogueira**

Na gangorra cambial que continuamente nos assola estamos competitivos para vender nossos produtos no exterior. Mas quem mantém operações baseadas em componentes importados precisa desesperadamente encontrar alternativas locais para fazer face ao súbito aumento de custos.

Tendo em vista que isto é uma gangorra, o que acontecerá quando o ciclo se inverter? Deixaremos nossos clientes conquistados no exterior a ver navios e os investimentos locais para o atendimento às demandas internas abandonados? Difícil falar em indústria competitiva dessa forma.

A competitividade da indústria depende de uma série de fatores que influenciam para um ambiente econômico amigável, e que no Brasil não tem sido dos mais pródigos. Basta olhar para as altas taxas de juros, a forte tributação e a insegurança jurídica nas relações trabalhistas, que são apenas algumas das mazelas no dia a dia dos empresários sobre as quais eles não têm nenhum controle.

Há, no entanto, um fator que tem sido negligenciado e que pode trazer resultados rápidos e significativos de competitividade e lucratividade para o setor industrial: investir mais no desenvolvimento de produtos.

No Brasil grande parte dos investimentos da indústria sempre foi direcionada para a manufatura, onde encontramos hoje tecnologia e processos bastante elaborados e sofisticados de controle de produção. Apesar disso ainda vemos excesso de desperdício de matéria-prima em muitos casos, e retrabalhos que encarecem o produto. Não raro ainda é encontrar produtos superdimensionados, usando mais material que o necessário ou, no caso inverso, subdimensionado, não atendendo expectativas mínimas do cliente.

O grande problema está sempre no começo do processo, a concepção adequada do produto. Ouve-se muita reclamação sobre falta de incentivo e de recursos para investir no desenvolvimento de produtos melhores, mas o dinheiro para isso está sendo gasto na ineficiência que passamos a aceitar como normal. O dinheiro existe e só precisa ser redirecionado para o lugar certo, porque está indo para o lixo.

Está na hora de fazer engenharia. Com a aplicação de tecnologias de simulação e testes disponíveis atualmente, a redução de problemas na fase de manufatura e a possibilidade de exploração quase infinita de soluções de otimização do produto, muita dor de cabeça e custos que tornam os produtos pouco competitivos poderiam ser evitados.

Certamente uma conjuntura econômica favorável faria tudo ficar mais fácil, mas com produtos mais bem projetados tornaríamos nossas conquistas menos efêmeras e poderíamos contribuir para uma indústria nacional mais relevante no PIB. Porque viver só de commodities não dá.

Presidente da SMARTTECH, empresa 100% brasileira especializada em tecnologia e serviços de apoio a projetos de engenharia.

Direito essencial do sócio ao lucro

*Sidney Gomes e Lucas Garcia de Moura Gavião**

Toda sociedade empresária, incluindo as sociedades anônimas e as limitadas, deve ter fim lucrativo. O lucro é o objetivo que leva pessoas a se reunirem, a colaborarem, a investirem e a participarem de uma sociedade. Como reflexo, a lei consagra o direito essencial do sócio ao lucro, o qual não pode ser afastado pelos outros sócios, mesmo em maioria, nem pela sociedade, tampouco pelos estatutos e contratos sociais.

O direito do sócio ao lucro se concretiza com a apuração e a distribuição do resultado da sociedade. Cabe, então, entender o que seria o "resultado do período", objeto de distribuição aos sócios. Em primeiro lugar, lucro e receita não são a mesma coisa. A receita, em conjunto com as despesas e os custos, irão apresentar o lucro líquido do período.

Realmente, o patrimônio líquido da sociedade é formado pelo grupo de contas que registram o valor contábil pertencente aos acionistas ou quotistas, e decorre da diferença entre ativos (bens + direitos) e passivos (obrigações). Da confrontação entre o valor final dos aumentos do patrimônio líquido (usualmente denominadas "receitas") e de suas diminuições (normalmente chamadas de "despesas" ou "custos"), emerge o conceito de "resultado do período": positivo, se as receitas forem maiores do que as despesas, ou negativo, quando ocorrer o contrário. Este resultado ou lucro líquido é o valor que deverá ser distribuído para os sócios.

É importante observar que a as informações contábeis são apuradas pela sociedade por regime de competência, ou seja, receitas, custos e despesas são reconhecidos

O direito essencial ao lucro está garantido, ainda, pela obrigação legal da companhia de pagar aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório.

contabilmente (e, consequentemente, escriturados em seus livros contábeis) pelo seu fato gerador, independente da data do recebimento ou pagamento de valores (saída ou entrada em caixa). Por exemplo, uma entidade pode apresentar uma receita de vendas em um certo período de R$ 100.000,00 e, no entanto, não ter na mesma data, em sua conta bancária, os valores decorrentes dessa venda. É o caso de uma venda a prazo. Logo, segundo o princípio da competência, o valor de R$ 100.000,00 será considerado como apuração do resultado, e não o valor existente no caixa decorrente desta operação de venda.

Do montante de lucro líquido apurado, parte pode ainda vir a ser destinada a reservas de lucros, conforme disciplinado nas companhias pela Lei das Sociedades Anônimas. A lei estabelece que devem ser justificadas a retenção do lucro e a utilização das reservas, notadamente das reservas estatutárias e para contingências, na medida em que reduzem a base de cálculo dos dividendos. Todo o lucro que não tenha sido validamente destinado deverá ser distribuído aos acionistas. Retenções de lucro abusivas e sem justificativa adequada podem ser submetidas pelos prejudicados ao Poder Judiciário, que poderá anular a deliberação, inclusive nos casos em que não houve demonstração da efetiva necessidade da reserva ou da retenção.

O direito essencial ao lucro está garantido, ainda, pela obrigação legal da companhia de pagar aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório. Referida norma, prevista na Lei das Sociedades Anônimas, estabelece um limite mínimo, um piso, no que se refere ao pagamento de dividendos, limitando a discricionariedade da administração e dos acionistas na destinação do resultado. O dividendo mínimo obrigatório deve equivaler a 50% do lucro líquido do exercício, no caso de o estatuto não fixá-lo. Se introduzida a previsão em estatuto omisso, o dividendo mínimo obrigatório não pode ser inferior a 25% do lucro líquido.

As regras que disciplinam o dividendo mínimo obrigatório devem ser aplicadas em sociedades limitadas, quando o contrato social estabelecer a sua regência supletiva pela Lei das Sociedades Anônimas. Se assim o for e, ainda, omisso o contrato social acerca do percentual, tem o sócio o direito de participar da divisão de, no mínimo, 50% do lucro líquido apurado em determinado exercício social.

A propósito, não é lícito que a companhia e seus controladores tentem transformar o dividendo mínimo obrigatório em espécie de "dividendo máximo possível", situação que frequentemente se encontra. Os Tribunais já decidiram casos em que o dividendo obrigatório, criado para proteger o acionista minoritário, foi abusivamente utilizado para prejudicá-lo, sendo empregado como um limite máximo – e não mínimo – dos dividendos. Companhias que, exercício após exercício, distribuem apenas o dividendo obrigatório podem estar desvirtuando o instituto e lesando acionistas, que dispõem de mecanismos legais para fiscalizar a apuração e destinação do lucro e, se for mesmo o caso, procurar coibir eventual prática abusiva.

Mesmo nesta brevíssima exposição, é nítida a forma minuciosa em que são regulados aspectos relevantes desta matéria. Como todo direito subjetivo, sobretudo que se mostra tão complexo, o direito essencial do sócio ao lucro está sujeito a conflitos. Sempre que violado o comportamento prescrito em lei em relação à distribuição do lucro, pode o acionista ou quotista pleitear a intervenção do Poder Judiciário para composição do litígio.

***Sidney Gomes é diretor associado da FTI Consulting e**
Lucas Garcia de Moura Gavião é advogado sócio de Lilla, Huck, Otranto, Camargo Advogados.

KODAK ALARIS

A Kodak Alaris, líder em scanners e softwares para captura de imagens, fechou uma importante parceria com a Atos, líder internacional em serviços digitais e parceira mundial de TI do Comitê Olímpico Internacional (COI). A solução criada para atender a necessidade de desmaterialização de multi documentos de bancos, possibilitou uma automação de processo com ganhos de até 80% de produtividade, dentro das mais exigentes normas de segurança estabelecidas pelo setor.

A solução projetada foi a desmaterialização da imagem de multi documentos, que trata-se da digitalização com a máxima excelência na captura aliada a criteriosos softwares de segurança. A automatização do processo, segurança da informação e redução de custos foram os grandes benefícios da parceria, avaliada pela Atos. Segundo o Account Manager da empresa Cassio Beltrame, a francesa Atos acompanha as tecnologias mais avançadas do setor para continuar com o conceito de alta excelência na prestação de serviços. "Incorporamos nos nossos processos tecnologias inovadoras que complementam a nossa oferta de serviços. Há todo um processo de análise para nos certificarmos que o resultado final será o melhor do mercado para os nossos clientes", enfatiza Beltrame.

Para a diretora de desenvolvimento de negócios da América Latina da Kodak Alaris, Vanilda Grando, o trabalho em conjunto com a Atos foi um importante marco para a empresa, pois prova o conceito de inovação e qualidade que a bandeira representa no mercado. "Conseguimos demonstrar nossa inteligência tecnológica para uma importante companhia e contribuir para o resultado final de um processo significativo para o setor financeiro. Isto é, sem sombra de dúvidas, uma importante conquista e a resposta de que todos os nossos investimentos em tecnologias e pesquisas nos processos de captura da imagem corporativa estão sendo funcionais para variados setores", ressalta a executiva.

PROWEIN 2016

FOTO: ANDRÉ BEZERRA

As vinícolas brasileiras que participaram da ProWein 2016, maior feira de vinhos do mundo, realizada anualmente na Alemanha, fecharam um total de USD 800 mil em negócios, conforme relatório do Wines of Brasil. O montante é 60% superior ao verificado na edição do ano passado, quando o volume chegou a USD 500 mil. O Wines of Brasil é um projeto setorial desenvolvido pelo Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin) em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil).

No último mês de março, em Düsseldorf, as 10 vinícolas presentes no evento (Aurora, Basso, Don Guerino, Casa Valduga, Lídio Carraro, Miolo, Pizzato, Perini, Peterlongo e Salton) mantiveram um total de 176 contatos, com representantes da Alemanha, Áustria, Austrália, Angola, Aruba, Bélgica, Bulgária, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos da América, Espanha, França, Holanda, Itália, Japão, Malta, Nigéria, Polônia, República do Chipre, República Tcheca, Reino Unido, Rússia, Romênia, Suíça, Suécia e Países Nórdicos. A perspectiva é de que nos próximos12 meses os negócios a serem fechados cheguem a USD 1,6 milhão.

De janeiro a dezembro de 2015, as vinícolas brasileiras exportaram um total de 1.591.770 litros de vinhos finos e espumantes para 35 países.

Esta foi a 12ª participação do Wines of Brasil na ProWein. Para a analista de Promoção do projeto, Mônica Tartaro, a feira mais uma vez mostrou sua grande importância para o Brasil e suas empresas vinícolas. "Desde o primeiro dia, o movimento foi muito intenso no estande Brasil. Notou-se um interesse crescente pelo vinho brasileiro, com destaque para os espumantes, por todos que visitaram o espaço", avalia Mônica.

MARINA DA GLÓRIA

A nova Marina da Glória está super bonita e acaba de ser entregue à população carioca, após catorze meses de obras e investimento privado de R$ 70 milhões do grupo BRMarinas, com reforma dos espaços públicos, de lazer e nos projetos de urbanização e paisagismo de seu entorno, coordenados pelo escritório Burle Marx.

Hoje, a Marina da Glória volta seu olhar para os cariocas e para a cidade, que em breve vai realizar os Jogos Olímpicos, e é ali, onde o rio encontra o mar, que serão entregues 33 medalhas olímpicas. Veja www.brmarinas.com.br

AVIANCA BRASIL

A Avianca Brasil e Ethiopian Airlines, ambas companhias aéreas membro da Star Alliance, implementaram hoje um acordo de code-share assinado em janeiro para introduzir serviços de voos compartilhados. Por meio da parceria, a empresa brasileira adicionou seu código (O6) a voos da Ethiopian para Adis Abeba, na Etiópia, com possíveis pontos futuros além do país africano, como destinos na China e outros mercados asiáticos.

Reciprocamente, a Ethiopian, que opera a maior frota entre as aéreas da África, incluiu seu código (ET) em voos da Avianca para Brasília, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro (Tom Jobim/Galeão) e Salvador. A empresa estrangeira realiza três voos semanais de ida e volta entre Adis Abeba e São Paulo com aeronaves Boeing 787.

Com este acordo, as duas companhias vão reforçar as suas parcerias atuais e fornecer aos clientes alternativas de distribuição ao longo de suas malhas. Membros do Amigo, da Avianca, e do ShebaMiles, da Ethiopian, já podem utilizar os pontos e milhas acumulados nesses trechos para elevar seu status nos programas de fidelidade e emitir passagens em todos os 18.500 voos diários operados pelas empresas da Star Alliance em 1.330 aeroportos de 192 países. Participantes das categorias Gold e Diamond têm benefícios adicionais, como direito a check-in preferencial, franquia de bagagem adicional, embarque prioritário e acesso a Salas VIP.

ÓCULOS BOSS WOOD

A Boss Eyewear lança uma edição especial de óculos de sol e grau masculinos para a temporada Primavera/Verão 2016.

Apresentando hastes feitas com uma combinação inovadora de madeira verdadeira e borracha colorida, os óculos refletem a atitude estética contemporânea e elegante da marca.

Os óculos de sol e armações de grau unem uma sensação de inspiração vintage com materiais avançados, e ambos apresentam perfis arredondados e quadrados com armações leves em acetato. A combinação da borracha flexível e madeira garante um conforto superior no rosto e um encaixe perfeito, enquanto a atenção pelos detalhes da BOSS, como por exemplo na dupla ponte metálica no modelo da campanha, completa cada peça.

A paleta cromática dos óculos de sol é a seguinte: azul mate e ouro claro com madeira de nogueira e borracha caqui, Havana escuro e rutênio escuro com madeira de nogueira escura e borracha verde e preto e paládio com madeira de nogueira e borracha verde.
As armações de grau são apresentadas em combinações de tonalidades sutis de Havana/marrom, preto/marrom escuro, azul/marrom e preto/marrom.

CARREFOUR

O Carrefour reinaugurou três supermercados sob o conceito Nova Geração. As unidades estão localizadas nos municípios de Itu (SP), Salto (SP) e Vinhedo (SP). Trata-se de um projeto arquitetônico inovador, que já está sendo implantado nos hipermercados da rede, desenvolvido a partir de pesquisa qualitativa sobre o comportamento e as preferências do consumidor brasileiro. Com as aberturas, o Carrefour atingirá a marca de oito supermercados Bairro renovados no país. O novo modelo já está presente em São Paulo (SP), São Bernardo do Campo (SP), Indaiatuba (SP), Taubaté, Itu (SP), Salto (SP) e Vinhedo (SP).

Para receber o novo conceito, os supermercados foram totalmente transformados e exibem agora novo layout, mais moderno e com iluminação diferenciada. Dentre as principais mudanças estão: a fachada externa, corredores mais amplos, atendimento especializado na área de perecíveis e a ampliação do sortimento médio de 12.000 para cerca de 16.000 itens. Outro importante avanço pode ser observado na área de mercado, que abrange o açougue, peixaria, padaria, hortifrúti, queijos e frios, onde o cliente tem uma visão 360º dos produtos.

Nesses setores, o Carrefour coloca à disposição dos clientes uma ampla variedade de carnes, peixes, frutas, legumes e verduras, queijos e frios, além de pães quentinhos a toda hora. No açougue é possível ainda escolher cortes de carne especiais. Para os que buscam praticidades, o modelo oferece ainda uma lanchonete com opções de salgados, doces e bebidas. As áreas de mercearia, bebidas, artigos de limpeza e produtos de beleza também são reformuladas e ressaltam os lançamentos das principais marcas do mercado, além de produtos Carrefour.

GI GROUP

A Gi Group Brasil, filial da multinacional italiana e uma das líderes globais do segmento de recursos humanos, acaba de anunciar a aquisição de 100% das ações do Grupo Laborh, holding brasileira sediada em Recife (PE), com mais de 20 anos de mercado se destacando em excelência em gestão de pessoas com as unidades Laborh RH (recrutamento e seleção, trabalhos temporários e terceirização de mão de obra), Laborh Hotels (fornecedora de mão de obra para hotelaria) e Laborh Trade (soluções de gestão de pessoas para trade marketing). O valor da transação não foi revelado.

Com a compra da Laborh, o Gi Group se torna a multinacional com maior participação no mercado brasileiro, presente em 12 estados, unindo força da Laborh no Norte e Nordeste e da Gi nas regiões Sul e Sudeste. A incorporação consolida a parceria estratégica entre as duas empresas anunciada no ano passado, que gerou na maior rede de fornecedores de soluções de recursos humanos com cobertura nacional.

Além da carteira expressiva de clientes nas áreas de telecomunicações, indústria, finanças, tecnologia, varejo e serviços, a Gi Group do Brasil reforça a sua empresa de marketing promocional, a C2C - Close to Consumer, que passará a absorver a estrutura da Laborh Trade, ampliando a sua capilaridade nas regiões Norte e Nordeste. Dessa forma a C2C se tornando maior empresa fornecedora de mão de obra e soluções de gestão de equipe para trade marketing.

A Gi Group do Brasil ainda ganha competitividade para avançar no setor hoteleiro ao herdar o *know-how* e a base de clientes da Laborh Hotels, uma das principais referências em soluções de gestão de pessoas do setor e que já atende grandes redes de hotéis do país com seu portfólio de serviços que abrange desde recrutamento e seleção de profissionais qualificados a treinamentos e *outsourcing*.

SHOPPING VILA VELHA

O Shopping Vila Velha, da rede BRMalls, recebeu o Prêmio LIDE de Varejo, Consumo e Shopping Centers 2016, um dos mais relevantes do mercado de consumo.

O Shopping Vila Velha ganhou o prêmio na categoria Arquitetura + Design. A responsável pelo projeto de arquitetura do centro de compras foi a arquiteta Ione Marroquim. O paisagismo e a luminosidade natural do local criam ambientes mais leves e não ficam defasados conforme as tendências da moda e do design. As áreas de vivência, com espaços amplos, decorados com poltronas e mesas de centro compõem o ambiente humanizado.

De acordo com o superintendente do Shopping Vila Velha, Daniel Freitas, a premiação foi uma confirmação de que os espaços pensados para a vivência do consumidor foram feitos de maneira mais humanizada. “A nossa arquitetura foi toda criada pensando nos nossos clientes e visitantes. Com espaços integrados, aumentamos os ângulos de visão e os acessos, ao tempo em que evitamos a sensação de clausura. É leve caminhar pelo Shopping Vila Velha. E o prêmio, nesta categoria, foi um reconhecimento do nosso compromisso em oferecer prazer durante as compras e entretenimento do capixaba”, afirmou.

A premiação foi feita às principais empresas varejistas do país, analisando 11 categorias: Arquitetura + Design, Atendimento no Varejo, Comunicação Promocional no Varejo, Destaques de Marketing, Eficácia Operacional, Excelência em Tenant Mix, Inovação em formato de loja, Logística no varejo, Relacionamento com fornecedores, Atuação Digital e Sustentabilidade.

Computação a serviço da medicina: sistema de saúde une pesquisadores

Tornar o sistema de saúde mais eficiente é um desafio que está mobilizando um grupo de pesquisadores da USP, em São Carlos. Os professores Fernando Vieira Paulovich, José Fernando Rodrigues Junior e Maria Cristina de Oliveira, do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC), e o professor Osvaldo Novais de Oliveira Junior, do Instituto de Física de São Carlos (IFSC), estão trabalhando para unir tecnologias e somar conhecimentos que vão da nanotecnologia ao *big data*.

Na perspectiva de José Fernando, com o avanço tecnológico, os modelos tradicionais de diagnóstico médico devem ser substituídos e acontecerá um processo de transformação similar ao que ocorreu em outras áreas. Um exemplo são as cartas, que perderam espaço para os telefones, os quais, posteriormente, foram substituídos pelos e-mails, antecedendo a comunicação por meio das redes sociais. "Acredito que algo semelhante ocorrerá na medicina, porque o modelo atual utilizado para fazê-la é muito caro e ineficiente, e não se adapta à velocidade das mudanças na sociedade, em virtude das tecnologias disponíveis", afirma José Fernando, acrescentando que o alto custo da medicina é uma motivação para que aconteçam mudanças significativas na área.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), as despesas relacionadas ao sistema de saúde dos Estados Unidos, em 2009, corresponderam a 17,6% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), esses custos estão relacionados principalmente a gastos ineficazes decorrentes de decisões mal comunicadas e má gestão. Segundo os autores, a racionalização de recursos com a melhora na qualidade de diagnóstico requer uniformização de dados de pacientes. José Fernando explica que não há, por exemplo, um método padrão para que médicos registrem informações referentes a diagnósticos. E essa liberdade, de acordo com o docente, é prejudicial para a integração de dados. "Têm surgido padrões que levarão esses especialistas a descrever um determinado tratamento de maneira mais sistemática, normalizada e padronizada".

Segundo os pesquisadores, três pilares são fundamentais para aprimorar o sistema de saúde, tanto no Brasil como em outros países. O primeiro deles se refere à nanotecnologia, área em que se estudam substâncias e materiais em nível atômico e molecular. Atualmente, os nanomateriais são essenciais para produzir sensores e biossensores voltados, por exemplo, para o diagnóstico de doenças como diabetes, dengue, hipertensão arterial, câncer, entre outras.

O segundo pilar está ligado à área de *big data*, em que se destaca a necessidade de usar métodos computacionais para armazenar e analisar grandes volumes de dados médicos. Já o terceiro pilar relaciona-se aos métodos que permitem integrar diversas ferramentas e técnicas computacionais, de modo que a grande quantidade de informação produzida ou capturada se transforme em conhecimento. Nesse campo, o aprendizado de máquina é essencial e pode ser compreendido como uma área da computação em que se desenvolvem técnicas que, a partir de treinamento, podem capacitar os computadores a exercerem tarefas antes exclusivas dos seres humanos.

Uma síntese do trabalho que os quatro pesquisadores vêm realizando está no artigo ***On the convergence of nanotechnology and Big Data analysis for computer-aided diagnosis***, publicado recentemente pela revista científica Nanomedicine.

80
PROFISSIONAIS

Equipe formada por profissionais qualificados em diversas competências e altamente motivados.

11
SÓCIOS

Sólida formação e experiência técnica, acadêmica e de gestão corporativa para atender empresas nacionais e multinacionais de diversos segmentos.

230
CLIENTES

Com um portfólio de mais de 230 clientes, os serviços e produtos são oferecidos para as diversas etapas do crescimento da empresa.

EMPRESAS NACIONAIS E MULTINACIONAIS

Preparada para atender clientes em todo o território nacional.

evir
contadores

Pronta para atendê-lo.

Nossos escritórios estão situados em pontos estratégicos do Rio de Janeiro:

Barra da Tijuca | Centro | Humaitá

Telefones: +55 21 2224-3794 | 2223-3340

contato@evir.com.br

evir.com.br

Eufrasia Teixeira Leite, uma mulher à frente do seu tempo

*Mariana Ribeiro**

Quem foi Eufrasia Teixeira Leite? A mulher que deixou uma fortuna para o burrinho Pimpão ou que gostava tanto de formigas que não permitia que as matassem em sua casa? Para entender essa história é preciso sacudir o pó e revirar muitas caixas de documentos porque cada informação é uma preciosa peça para montar o quebra cabeça da vida dessa mulher que escolheu seu destino, quando cabia as mulheres apenas ter um papel secundário em suas próprias vidas.

Eufrasia, é a terceira filha do casamento entre Ana Esméria da família Corrêa e Castro e Joaquim José da família Teixeira Leite, sendo que o único filho homem do casal morreu ainda bebe.

Dr. Comendador Joaquim José, se formou bacharel em Direito em São Paulo foi político e negociante influente, comissário de café e presidente da Câmara Municipal de Vassouras em duas ocasiões: 1844-48 e 1861-64, além de deputado pela Província do Rio de Janeiro. Estudioso e grande entusiasta para a construção da estrada de ferro. Sua principal atividade era a Casa Comissária. Os comissários recebiam dos fazendeiros o café para ser vendido e exportado. O dinheiro arrecadado com a venda era mantido em crédito em uma conta do fazendeiro, desta eram debitados o valor dos mantimentos e outros pedidos que garantiam novas plantações. Eram as casas comissárias que financiavam a lavoura e a garantia eram as safras futuras.

O poder e a fortuna estavam na mão dos detentores de recursos para a produção que predominava no país, seja na propriedade física (controle do processo produtivo como fazendas e mão de obra), como a disponibilidade de recursos financeiros (empréstimos e intermédio nas negociações de preços para exportação). Duas fontes e formas de poder distintas que se complementavam.

A família Teixeira Leite tinha uma ampla abrangência de atuação na área econômica, tendo atuado como comissários, comerciantes e detinham altas participações acionárias em bancos e empresas, em alguns casos sendo eleitos e atuando na gestão como presidentes e diretores em assembleias das mesmas. A denominação de irmãos "Teixeira Leite" foi encontrada de forma recorrente durante os documentos pesquisados da época, o que mostra suas associações e alianças na execução de seus projetos.

A família do ramo materno, os Corrêa e Castro, foi proprietária de fazendas na região com grandes produções de café. Laureano, Barão de Campo Belo, foi proprietário da fazenda Secretário. Além de vereador da Câmara em 1833, inaugurando os trabalhos da municipalidade em Vassouras, também ocupou o cargo de Comandante da Guarda Nacional. Jornais da época relatam que tinham 800 homens sob seu comando.

O casamento era uma forma de fazer e firmar alianças entre as famílias como no caso dos Corrêa e Castro produtores de café e os Teixeira Leite que detinham crédito e assim financiavam a produção rural.

Vassouras atinge seu auge de produção em 1850 o que possibilitou para as famílias viver um verdadeiro esplendor em uma vila nascente e próspera. A cidade já possuía calçamento, teatro, médico, igreja matriz tudo financiado pelo "ouro verde" como era chamado o café.

"...os investimentos de Eufrasia Teixeira Leite nas Bolsas de Valores de Paris, Nova Iorque, Londres eram diversificados e valiam-se também de mecanismos de gestão e análise"

No Museu Casa da Hera podemos encontrar um aquecedor com chaminé móvel, piano Herz de cauda longa, um aparelho de estereoscópico onde as lentes faziam a imagem se tornar tridimensional, esse efeito encantava a família e os convidados nos momentos de intimidade e convivência.

Eufrasia nasce em meio a essa prosperidade na vila e é batizada na Igreja Matriz de Nossa Senhora Imaculada Conceição. Para tentar compreender a sua personalidade é interessante observar alguns trechos de textos e rascunhos de seus cadernos, o que nos indicam uma personalidade forte, vale chamar atenção para o trecho que está em seu caderno do ano 1859, "[...] eu escrevi isto em 21 de março, mas eu sabia melhor escrever porque eu escrevi, com muita pressa porque eu quis"(sic).

Francisca e Eufrasia estudaram no colégio de moças da Madame Grivet. No programa de estudos do colégio constava as disciplinas: doutrina cristã, português, francês, inglês, alemão, história, geografia, aritmética, caligrafia, música, desenho e trabalhos de agulha.

As irmãs perdem a mãe e o pai em um período curto, partem então no ano 1873 rumo a Europa decididas a fixar residência em Paris. A cidade não era novidade para elas pois já haviam vivido ali durante a adolescência. Além disso, um dos irmãos do Dr. Joaquim, o Comendador Custódio Teixeira Leite, era diretor da Companhia Brasileira de Tramways em Paris e vivia na cidade há alguns anos.

Alguns anos depois Francisca e Eufrasia adquirem um imóvel na Rua Bassano no número 40, próximo a Champs- Élysées. O terreno tinha mais de 695 metros quadrados construídos com quatro edifícios, sendo o principal com fachada para rua, um para festas e recepções, um jardim de inverno e o edifício para moradia dos empregados. Os jornais de Paris noticiam que as mademoiselles Teixeira Leite recebiam na sua casa as quintas-feiras. O quadro que retrata Eufrasia e está no acervo do Museu Casa da Hera foi pintado nessa fase pelo pintor Carolus Duran.

O luxo que Eufrasia vivia em Paris é constatado ao se admirar um vasto acervo de indumentária inclusive vestidos confeccionados por Charles Frederick Worth que atendia também a Imperatriz Eugenia e as mulheres das famílias Rothschild e Vanderbilt, no acervo do Museu Casa da Hera.

Eufrasia veio ao Brasil com sua irmã após longa estadia na França. No ano de 1885 o jornal O Paiz noticia o encontro de Mademoiselles Teixeira Leite, o Imperador, Conde d´Eu e alguns convidados, como ministros britânicos e o Barão e a Baronesa de Estrela que embarcaram no Marchese, de propriedade do conde Dudley para seguir uma viagem a recreio a Paquetá.

Quando não estava no Brasil fazia questão de receber na Casa da Hera vidros de água de rosas do jardim, doces e chá de jasmim. No jardim da casa de Paris há o registro de jabuticabeiras no jardim de inverno.

Após o falecimento de Francisca em 1899, a vida social de Eufrasia se torna mais ativa, passa por exemplo a ser doadora da associação de amigos do Museu do Louvre o que permitia que ela visitasse as exposições antes de serem abertas ao público.

No ano 1926 ela volta ao Brasil e por carta avisa que está a caminho de Vassouras pedindo que se certifiquem que o piano da Casa da Hera está afinado.

No início de 1930, com intenção de voltar à Europa e já com a passagem de navio comprada, Eufrásia pede em carta a um secretário em Paris que avise seu médico sobre a uremia e o questione se existe a possibilidade de viajar. A resposta foi para que aguardasse uma melhora com o tratamento, pois caso viesse a sofrer uma crise no navio, não teria como ser socorrida, assim desistiu da viagem. Com o agravamento de seu quadro de saúde falece no Rio de Janeiro em 13 de setembro de 1930, em um apartamento na Ladeira da Glória. Seu corpo foi levado para ser enterrado em Vassouras de trem no Mausoléu da Família Teixeira Leite.

O processo de inventário foi aberto, o Dr. Raul Fernandes, foi designado o inventariante dos bens no exterior. Ele foi à Europa em 1 de maio de 1931, e explicou ao juiz que atrasou sua viagem por dois motivos: a crise econômica e a possibilidade de uma ação para anular o testamento movido pelos parentes colaterais. O inventariante dos bens no Brasil foi o Dr. Antônio Fernandes Junior, irmão do Dr. Raul.

Bens deixados no Brasil:
-Terrenos em Copacabana- lotes
-Títulos da Dívida Pública Federal
-Títulos de Companhias, Sociedades e Bancos
-Chácara Casa da Hera

Os lotes de Copacabana foram vendidos por intermédio de José Leite Guimarães que, a cada venda executada, recebia 10% do valor como comissão pelo trabalho.

Bens no exterior:
-Títulos de governos, ações de companhias, sociedades e bancos
- Joias e vestimentas, como vestidos de Charles Frederick Worth, além de Felix Brevetè e Rouff.
- Imóvel na Rua Bassano
- Automóvel

No primeiro levantamento da posição acionária de 13 de janeiro de 1931 em um dos bancos que era seu intermediário, o Bank of London and South America, do dia 13 de janeiro de 1931, era extensa (cinco páginas), e nela constavam 262 posições acionárias de empresas de atividades muito diversas, como mineração, segmento têxtil e construção de ferrovias. O Dr. Antônio manda vender todas as ações, contradizendo a recomendação do banco para que esperasse um momento melhor para vender os títulos e bens, visto que o mercado financeiro estava conturbado sem ter certeza de que já estava se recuperando da quebra da Bolsa de Nova Iorque no ano de 1929.

Além disso, Eufrasia possuía também ações, debêntures e apólices dos mais diversos governos em dividas ativas. Todas também foram vendidas.

Como Eufrasia teve uma carreira ativa e bem-sucedida na Bolsa de Valores se as mulheres não eram educadas para administrar seus bens e não podiam sequer entrar no local onde eram fechados os negócios na bolsa de Paris?

“Num primeiro levantamento da posição acionária em um dos bancos que era seu intermediário (o Bank of London and South America), era extensa, e constavam 262 posições acionárias de empresas de atividades diversas, como: mineração, segmento têxtil e construção de ferrovias.”

O fato do Dr. Joaquim José ter visto crescer apenas suas filhas pode ter favorecido sua formação e conhecimento da ciência econômica, mas as complexidades das operações executadas por ela não podem ser comparadas, pois os investimentos dela nas Bolsas de Valores de Paris, Nova Iorque, Londres eram diversificados e valiam-se também de mecanismos de gestão e analise. A presença feminina na Bolsa de Valores de Paris, não era permitido, então as mulheres frequentavam as galerias. As operações eram decididas do segundo andar e concretizadas através de um intermediário.

Através de seus investimentos em Bolsa de Valores, lidou com um cenário internacional complexo que compreendeu a primeira guerra mundial e o período entre guerras, que causaram um movimento de protecionismo nas economias de maneira geral. Os investimentos financeiros dela compreendiam diversas moedas, países e formas de ativos, sendo estes últimos títulos, debêntures e ações. Acerca da forma de gestão, Eufrasia primava pela centralização de suas decisões, fato que dificultou o processo de execução do inventário. A execução do inventário acabou se prolongando, por diversas razões, mesmo que em seu testamento tenha sido expresso que era para ser finalizado em três anos, demorou quase trinta anos.

Quando Eufrasia faleceu seu testamento determinava que seus bens fossem vendidos e doados. Uma grande soma em dinheiro é entregue para a Santa Casa de Misericórdia de Vassouras e uma parte deveria ser investido na construção do Instituto Profissional Masculino Dr. Joaquim José Teixeira Leite e um instituto feminino de educação (foi entregue a uma ordem religiosa), sendo que uma das causas obrigatórias é que se mantivesse bolsa de estudos para crianças de famílias que não poderiam arcar com esses gastos. Além disso com o dinheiro e seguindo a sua vontade foi construído e entregue em 1941, o Hospital Eufrasia Teixeira Leite, com 200 leitos, laboratório clinico, setor de raios x, fisioterapia e lavanderia, cujo diretor era o Dr. Luiz Pinto comandando as cinco seções: clínica médica, pediatria, oftalmologia, otorrinolaringologia e cirurgia.

A benemerência de Eufrasia Teixeira Leite possibilitou o avanço da cidade de Vassouras, que sofria com a falta de recursos da produção do café. O solo já estava esgotado por causa da forma como era plantado o café.

A mulher muito à frente do seu tempo foi julgada e muitas vezes mal interpretada o que faz nascer histórias como a suposta determinação de que parte do seu dinheiro fosse destinado a cuidar do burrinho Pimpão quando a única menção em seu inventário é a de posse de um burrinho cor pinhão que foi vendido, assim como todos os seus bens, com exceção da casa onde nasceu e viveu com a família e hoje é o Museu Casa da Hera administrado pelo IBRAM. As formigas que ela adorava proibindo assim que fossem mortas é também mais uma história passada de boca a boca visto que é frequente a preocupação dela com o jardim de rosas da casa ordenando a compra de venenos e no acervo ainda tem intacto um borrifador de veneno contra as formigas para mantê-las protegidas.

O importante é que os documentos e registros deixados por Eufrasia recebam nova luz para que possamos entender como uma mulher do século XIX rompeu tantas barreiras sociais e acumulou grande fortuna por mérito de seu próprio trabalho.

Se você quiser conhecer mais sobre a pesquisa que eu realizo sobre a Eufrasia visite o site:
www.joalheriaeterna.com.br

** Analista financeira e pesquisadora.*

Ilumno investe no Brasil com foco na educação a distância

Ilumno investe na expansão de serviços para instituições de ensino superior brasileiras e na perspectiva de crescimento da educação a distância

O setor de ensino superior privado no país passará por forte impacto financeiro no período que começou em 2015 e terminará, segundo estimativas, em 2018. A expectativa é que devam deixar de ingressar quase 530 mil novos alunos na modalidade presencial. Por outro lado, o número de pessoas cursando graduação via modalidades de educação a distância deverá registrar um acréscimo de 760 mil matrículas no mesmo período, o que representará um salto de 63%.

Além disso, uma das tendências do setor como um todo nos próximos anos será de maior competitividade, com a maior participação de grupos internacionais, através de fusões e aquisições, e da formação de consórcios entre instituições para compartilhamento de serviços.

Essas são algumas das principais conclusões de estudo encomendado pela Ilumno, organização líder em gestão e serviços para o ensino superior privado na América Latina, à Hoper Educação, consultoria especializada no segmento. Com base nessas perspectivas, a Ilumno investirá até 2020 no Brasil R$ 173 milhões, que serão destinados à implementação, desenvolvimento e consolidação do modelo de serviços para a gestão de instituições de ensino superior, a exemplo de sua atuação em outros sete países da América Latina. Além do investimento direto, o país ainda se beneficiará da aplicação de recursos prevista para toda a rede - R$ 1 bilhão no mesmo período.

"Os dados da pesquisa reforçam a perspectiva de êxito dos planos de expansão da Ilumno para o Brasil nos próximos anos. O investimento na qualidade para a melhor gestão é fundamental neste momento, quando o setor deve se preparar para a fase de recuperação", avalia Arlindo Cardarett Vianna, presidente da Ilumno no Brasil e reitor da Universidade Veiga de Almeida - UVA, do Rio de Janeiro.

A Ilumno atua no Brasil desde 2006, como mantenedora da UVA e do Centro Universitário Jorge Amado - Unijorge (Salvador, BA), e vem registrando um histórico de êxitos no país. Por meio da Ilumno Serviços, também oferece uma ampla variedade de soluções e de tecnologias de ponta a instituições de ensino brasileiras que buscam expansão e modernização com qualidade e de forma sustentável.

"A tendência é de intensificação de parcerias estratégicas entre instituições particulares de ensino superior e empresas especializadas, para desenvolvimento de programas pedagógicos e de soluções tecnológicas. Tudo isso visando ampliar o número de novos alunos e reter os já matriculados", explica o executivo.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O estudo encomendado pela Ilumno estima um crescimento anual de 10% a 15% no número de novas matrículas na educação a distância e uma queda da ordem de 11% no número de novas inscrições no ensino superior privado presencial, no período de 2015 a 2018. Entre os motivos para a maior busca pela educação a distância estão a conveniência dos horários flexíveis e o valor das mensalidades, que pode ser até 70% menor.

Além disso, prevê um crescimento de 130% no número de polos de educação a distância existentes no Brasil até 2017. De acordo com dados oficiais, existem hoje mais de 3 mil unidades do tipo em funcionamento no país, ligados a diversas universidades e devidamente credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC). Em 2017, serão mais de 7 mil. Em 2014, houve aumento no pedido de credenciamentos de polos, tanto de instituições de ensino que já atuam nessa modalidade, quanto de estreantes.

O mito do governo grátis

O mito do governo grátis é um fenômeno político que promete distribuir vantagens e ganhos para todos, sem custos para ninguém. Está na raiz do declínio do vigor da economia brasileira e na estagnação do seu processo produtivo. O governo grátis, como expressão de controle social, é o ápice do ilusionismo político e, no Brasil, tem sido prática corrente por sucessivos governantes, deixando um rastro de atraso, decadência e injustiça social. Podemos considerá-lo o grande adversário da prosperidade e o inimigo número um da ascensão social e patrimonial dos brasileiros. Este livro da **Edições Janeiro**, oferece denúncia, antídotos e meios de superação desse mito.

Paulo Rabello de Castro propõe uma reflexão aguda, apresenta dados consistentes e exemplos em todo o mundo, mostrando os efeitos nocivos desse regime e uma proposta lúcida e corajosa para o Brasil se libertar desse mito. Um brado de luta e de esperança.

"O Brasil precisa e pode mudar para melhor. Qualquer mudança começa em reconhecer a realidade como ela é. Embarque com o Paulo nesta viagem para o Mundo Real e ajude o Brasil a enterrar o Reino das Utopias." Ricardo Amorim, economista e consultor, comentarista do programa Manhattan Connection.

"Com cirúrgica precisão, Paulo Rabello de Castro diagnostica os males do populismo inconsequente que tem levado o país ao descompasso político e ao retrocesso econômico, apresentando sugestões que o retirariam do caos atual." Ives Gandra da Silva Martins, advogado tributarista, presidente-fundador da Academia Internacional de Direito e Economia.

"O termo grátis vem da Roma Antiga, onde os aristocratas, para se elegerem ao Senado, tinham como 'clientes' os plebeus, dos quais compravam votos a troco de pão e moradia. Nascia o clientelismo. Depois, para conter a revolta dos mesmos plebeus, começaram a dar pão e circo." Merval Pereira, colunista político do jornal O Globo, membro da Academia Brasileira de Letras.

www.gaiasilvagaede.com.br

GAIA SILVA GAEDE & ASSOCIADOS | ADVOGADOS

Tributário • Societário • Energia • Oil & Gas
Telecomunicações • Financeiro • Econômico

ESCRITÓRIOS

SÃO PAULO, SP
Rua da Quitanda, nº 126
Fone: +55 11 3797-7400
e-mail: gaiasp@gsga.com.br

RIO DE JANEIRO, RJ
Av. Rio Branco, 116 - 9º, 10º e 15º andares
Fone: +55 21 2506-0900
e-mail: gaiarj@gsga.com.br

CURITIBA, PR
Rua Mal. Deodoro, 344 - 14º andar
Fone: +55 41 3304-8800
e-mail: gaiapr@gsga.com.br

BELO HORIZONTE, MG
Avenida do Contorno, 7069
Salas 508 a 512
Fone: +55 31 2511-8060
e-mail: gaiabh@gsga.com.br

BRASÍLIA, DF
SRTVN Quadra 701 Conj.C nr. 124
Ala A Salas 519 e 521
Fone: +55 61 3327-9947
e-mail: gaiadf@gsga.com.br

SÃO PAULO • RIO DE JANEIRO • CURITIBA • BELO HORIZONTE • BRASILIA

ESCRITÓRIOS CORRESPONDENTES: BUENOS AIRES • LIMA • SALT LAKE CITY • MIAMI • NEW YORK

Investir em espaços de eventos é oportunidade em meio à crise

*Caio Calfat**

Estudo aponta alta demanda por feiras e congressos no país e grande viabilidade para criação de novos espaços

Em períodos de crise, as chances de negócios são menos óbvias do que nas épocas de atividade em alta. No mercado imobiliário, vários nichos se mostram atrativos e revelam janelas de oportunidades para investidores com visão de longo prazo em períodos de desaceleração do setor. Uma delas se abre para o potencial do segmento de eventos. Estudo da consultoria Caio Calfat Real Estate Consulting, concluído este ano, mostra que centros de convenções projetados para feiras, congressos e seminários de pequeno e médio portes podem se beneficiar com demanda resiliente, oferta de espaços pequena em relação ao crescimento do mercado e atratividade do país para eventos internacionais com o fortalecimento do dólar.

Conforme o levantamento, o chamado segmento MICE (Meetings, Incentives, Conventions and Exhibitions), focado em eventos de pequeno e médio porte, movimenta 30 bilhões de dólares por ano em todo o mundo. Há dez anos, o Brasil é um dos dez principais destinos de eventos no mundo, segundo o ranking do ICCA (International Congress and Convention Association). Na lista mais recente, de 2014, o Brasil ocupa a décima posição, mas, nas Américas, o país está em segundo lugar, atrás apenas dos Estados Unidos.

O diretor da consultoria, Caio Calfat, ressalta o padrão internacional do aparelhamento do setor, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, como um diferencial para o mercado local. Segundo o especialista, o dólar forte, que se valorizou quase 50% no ano passado, torna o Brasil mais atrativo para organizadores estrangeiros. "Grandes grupos internacionais promotores e organizadores de eventos estão apostando em nosso país, como o gigante francês GL Events, que assumiu o Centro de Exposições Imigrantes em São Paulo e o está transformando em um enorme complexo de eventos de várias modalidades", aponta.

De acordo com a pesquisa, entre 2014 e 2015, a cidade de São Paulo sediou 41,73% (255) das feiras e exposições de grande porte do Brasil. Já o segmento de eventos de reuniões apresentou taxa de crescimento anual acima dos 14% no período.

A crise econômica trouxe uma desaceleração ao setor, mas a demanda de eventos tende a se recuperar rapidamente em um momento de retomada da atividade. Segundo o boletim Focus de consenso de mercado elaborado pelo Banco Central, a expectativa de economistas e analistas é de que o PIB brasileiro volte a crescer no ano que vem, a uma taxa de 0,5%.

Na experiência de Calfat, o ciclo imobiliário que se estende em torno de três a cinco anos, do lançamento do projeto à entrega física do empreendimento, revela uma janela para a criação de espaços novos neste ano. Ou seja, os centros de eventos lançados agora podem se beneficiar de um ciclo de retomada da atividade previsto para iniciar-se a partir de 2017.

Segundo levantamento da consultoria, do mesmo modo que o mercado corporativo em geral, o segmento de espaço para eventos encontra-se fechado no momento para lançamentos. "Não há informações sobre novos projetos, apenas reformas e ampliações", afirma Calfat. Com isso, a demanda tende a crescer acima da oferta nos próximos anos, especialmente dentro do nicho de centros de convenções de perfil multifacetado.

Em termos de retorno financeiro, os espaços multifunção para eventos de porte pequeno ou médio revelam-se atrativos. O estudo da Caio Calfat mostra que os preços cobrados pelos empreendimentos do gênero na cidade de São Paulo, apenas para locação do maior espaço disponível, variam entre 5 mil reais e 24,5 mil reais. Isso equivale a um preço médio de 24,83 reais por m². Ainda conforme a pesquisa, apenas um dos centros de convenções na capital paulista recebeu uma média de 14 eventos por mês em 2015. Essa média implicaria em um valor médio de 347 reais por m² mensal, ou seja, três vezes superior à média do aluguel médio mensal de um edifício comercial de luxo, segundo dados da Cushman & Wakefield. "Há um consenso no setor de que só não há mais eventos em São Paulo por falta de espaços profissionais", conclui Calfat.

Engenheiro civil, vice-presidente de Assuntos Turísticos Imobiliários do SECOVI-SP e membro do Conselho de Administração da ADIT Brasil.

Procurando espaços para realizar seus eventos e reuniões durante o período das olimpíadas?

Só aqui no IBEF você encontra os melhores espaços e total infraestrutura para fechar seus negócios com sucesso!

Salas, Auditório e Salão de Eventos para até 250 pessoas!
No coração do Centro da Cidade do Rio.
Fácil acesso, ao lado da estação **Carioca do Metrô**, em frente ao **VLT** e a 100m do **estacionamento Menezes Côrtes**.

Informações
Telefone: (21) 2217-5555
E-mail: atendimento@ibefrio.org.br

Endereço: Avenida Rio Branco, 156 - 4° andar - Ala C
Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-003

Locação de Espaços
IBEF-Rio

Legislativo pretende aplicar (mais um) duro golpe no sagrado direito de defesa

*Euro Bento Maciel Filho**

Sem muito alarde, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal aprovou recentemente o Projeto de Lei do Senado (PLS) n. 658/2015, cujo teor promove importantes alterações na prescrição penal.

Com efeito, caso o referido projeto seja efetivamente transformado em lei, o fator "tempo" no processo penal será relegado a um plano absolutamente secundário, pois irá prevalecer a ideia de efetividade do processo. Em outros termos, da forma como está redigido, o Estado passará a ter verdadeira carta branca para processar e punir o cidadão, sem ter que se preocupar muito com a "trava" temporal, que é a prescrição.

Infelizmente, de forma equivocada e maldosa, muitos atribuem à defesa a culpa pela "morosidade da Justiça", já que, para os adeptos desta distorcida posição, existiriam recursos demais na legislação processual, o que dificulta a eficaz aplicação da lei penal. Ocorre, porém, que não é o número de recursos previstos na lei que acarreta a "demora" na conclusão dos processos, mas sim, e principalmente, o fato de que um Tribunal demora, às vezes, três, cinco, oito anos ou mais para julgar um único recurso. Positivamente, o problema é muito mais estrutural do que legal, vale dizer, a solução do problema não está, necessariamente, na reinvenção das nossas leis penais ou processuais penais, mas sim, e principalmente, na reestruturação interna do Poder Judiciário.

De toda forma, não é de hoje que estamos presenciando, dia após dia, tanto a derrocada do sagrado direito de defesa quanto o incremento de medidas típicas de "jurisprudência defensiva", as quais, têm por escopo obstaculizar o acesso do jurisdicionado ao Poder Judiciário.

Como se não bastassem as incontáveis limitações desde há muito impostas ao manejo dos Recursos Especial e Extraordinário, também vivenciamos, recentemente, o amesquinhamento do Habeas Corpus originário, quando impetrado em substituição ao recurso específico, e, mais recentemente, a tentativa absurda de frear a interposição do Recurso Ordinário em Habeas Corpus, já que o STJ chegou a "criar" jurisprudência no sentido de que seria preciso juntar uma "procuração" para manejá-lo (RHC nº 52.995/RJ). Na mesma esteira, o STF, não faz muito tempo, quebrou a segurança e a lógica jurídicas (e outros princípios, por consequência) e permitiu, ao arrepio da CF, tanto a malfadada "prisão em segunda instância" (antes do trânsito em julgado, portanto) quanto a possibilidade de quebra do sigilo bancário pela Receita Federal, sem a prévia autorização judicial.

E como se não bastassem tantas barbaridades, convivemos, ainda, com uma sociedade que a tudo aplaude e

“Dentro desse contexto, sob a falsa e já surrada ideia de que “vivemos no País da impunidade”, faltava algo mirabolante para alterar o instituto da prescrição penal.”

que não consegue enxergar que todas essas “inovações”, quando examinadas em conjunto e com um pouco mais de critério, revelam, na realidade, um Estado verdadeiramente policialesco e arbitrário. Vivemos, sem dúvida, um período nebuloso, no qual a ofensa às garantias constitucionais não choca e nem causa (tanto) espanto.

Dentro desse contexto, sob a falsa e já surrada ideia de que “vivemos no País da impunidade”, faltava algo mirabolante para alterar o instituto da prescrição penal. Pois é, faltava...

Dentre as diversas proposições do PLS recentemente aprovado no Senado, duas delas, basicamente, arranham o absurdo e, sem dúvida, são extremamente perigosas aos direitos dos cidadãos. São elas:

a-) de acordo com a redação do novo artigo 117-A, quando for declarada e reconhecida uma NULIDADE ABSOLUTA nos autos (desde que a sua declaração tenha se dado a pedido da defesa), o tempo decorrido entre o ato declarado nulo e a publicação da decisão que reconheceu a mácula (sabe-se lá quantos anos depois) NÃO VALERÁ PARA FINS PRESCRICIONAIS (ou seja, se uma denúncia for considerada inepta no bojo de um Recurso Especial, por exemplo, o tempo decorrido desde o oferecimento da exordial até a anulação reconhecida pelo STJ, não servirá para nada). O cidadão, verdadeiramente, vira refém do processo e da boa vontade do Estado, que poderá demorar quantos anos quiser para decidir a questão, sem qualquer “freio” temporal.

Aqui, é importante dizer que, segundo o predito projeto, se a nulidade for declarada a pedido E no interesse da Acusação, aí, então, o tempo será computado para fins de cálculo da prescrição. Nesse ponto específico, a redação do novo artigo chega a ser ainda mais incoerente, para se dizer o mínimo, pois, além de ser juridicamente inexplicável – já que a garantia da regularidade formal do processo não pode ser compreendida como um “interesse” da Acusação ou da Defesa, já que se trata de garantia constitucional de todo e qualquer acusado –, é, também, contrária ao princípio da paridade de armas no processo, na exata medida em que cria uma ilegal diferença entre acusação e defesa no bojo da ação penal.

b-) caso o projeto seja aprovado, todos os acórdãos ou decisões que confirmem sentenças condenatórias (ainda que a Acusação não tenha recorrido) passarão a ter efeito interruptivo da prescrição (tal qual se dá com a decisão que confirma a pronúncia, atualmente). Assim, tanto o acórdão confirmatório da condenação de primeiro grau quanto as decisões posteriores que a confirmem, passaria a ter o “*status*” de causa interruptiva do prazo prescricional (nova redação para o inciso IV, do artigo 117). Referida medida é totalmente inadequada, pois acaba reduzindo o instituto da prescrição, que é a única defesa do cidadão diante da desídia e morosidade estatais, a uma função quase figurativa na nossa lei penal.

Pode-se notar, pois, que o referido projeto, caso seja aprovado, limitará, e muito, a aplicação prática da prescrição penal. Tal se justificaria porque, segundo o autor do referido PLS, a prescrição “alimenta a sensação de impunidade”.

Ocorre, contudo, que, interpretar a prescrição penal como instituto facilitador da impunidade é um erro inominável. A prescrição é um instrumento de controle importantíssimo, que tem por escopo punir o Estado desidioso, relapso e lento. Amesquinhá-la, da forma como proposto pelo PLS n. 658/215, é um verdadeiro “tiro no pé”, um grande retrocesso, que vitimam, em última análise, tanto o cidadão, que se torna “prisioneiro” do próprio processo, quanto o sagrado direito de defesa. A não aprovação do PLS n. 658/2015 é, sem dúvida, o que se espera do nosso Poder Legislativo.

**** Advogado criminalista, mestre em Direto Penal pela PUC-SP e sócio do escritório Euro Filho Advogados Associados.***

Quem tem medo do lobby?

*Luiz Affonso Romano**

A imagem do profissional do *lobby* é a de alguém que atua nos bastidores, nos salões de estar e bares discretos dos hoteis, conversando em tom baixo, às esconsas, calcado em comissões, na propina, que guardam forma e cheiro de dinheiro vivo e sujo. Por definição, o lobista não passaria de um corruptor, figura sinistra e maligna, a assombrar e ameaçar com seus eternos malfazeres.

O ambiente corporativo deve ser regido pelo respeito à transparência, à ética, à integridade, com informações claras e precisas. Negadas, deixam uma terra de ninguém no campo da comunicação, aos trambolhões, ocupada por versões antagônicas, nascidas da desconfiança de que o silêncio é o biombo, o tapume, que esconde algo. Sem informações, cada um imagina a sua, e as atitudes, que vão da relutância à aceitação e ao franco embate em campo aberto, contra o lobista, são compreensíveis.

É nesse espaço que concorrentes, governos, mídia e sociedade em geral, muitas vezes atingem o profissional do lobby, em seu mister e sua honra, ora à procura de posições adequadas à empresa ou atuando para impedir a adoção de antagônicas. É o seu trabalho.

As empresas inovadoras, por seu turno, tratam de desmistificar a imagem negativa do *lobby*. Assim, poderão os lobistas empenhar-se de forma clara, e até destemida, chegando à sociedade, em geral, pelos canais idôneos da comunicação, da mídia honestamente bem informada.

Agir por meio de conversação em agenda aberta, organizada e nítida, e por esse motivo, a salvo dos constrangimentos de conchavos e consórcios - pacto de preços, reservas de mercado e de trabalho, divisão de território, tampouco apuração astuta de indicadores e da opção por acordos setoriais de preços - carteis oficializados no passado recente.

Tal comportamento corporativo permitiria contato franco e direto, todos com todos. Com mais segurança, os caminhos do atendimento aos pleitos e objetivos legítimos e justificáveis, abrir-se-iam à discussão de forma justa, digna e honrada.

Ademais, o que se espera é a institucionalização de um setor específico nas empresas, com atividades claras e definidas, que mantenham o mercado informado, oferecendo e distribuindo, periodicamente, dados relevantes, informações, serviços, apoio, ideias e sugestões oportunas e corajosas, longe de benefícios e vantagens manchados pela corrupção, do da lá e toma cá, do cada um por si.

É o que nas nações mais antigas e desenvolvidas que o Brasil – este ainda adolescente país – empresas, respondendo com elevado coeficiente de amadurecimento ao mundo economicamente sem fronteiras, sem segredos, pela irrupção espantosa e maciça de informações, enfatizam a Governança, a Integridade, a Compliance, reduzindo, pouco a pouco, o contingente dos governantes, empresários, executivos, consultores, acadêmicos e jornalistas, com medo do lobby.

Enfim, a atividade do lobista pode até - bem ao contrá rio do que se propaga - , contribuir para aderência de clima de integridade e responsabilidade corporativa e institucional, evidenciando comportamentos e tirando das sombras o que deveria, sim, ser de conhecimento das forças do mercado e das exigências da melhor cidadania.

** Consultor, diretor de consultoria do IBEF e presidente da ABCO Associação Brasileira de Consultores.*

Consumidores adiam compra de imóveis devido à situação política no Brasil

O Viva Real plataforma *online* que possibilita a comunicação entre imobiliárias, incorporadoras e corretores com consumidores, realizou uma pesquisa para entender como o cenário político do Brasil está afetando os consumidores no mercado imobiliário.

O estudo do Viva Real apontou que 45% dos consumidores que procuram imóveis tiveram suas decisões influenciadas pela atual situação política do país. Entre eles, de 63% decidiu não realizar a compra neste momento.

"O Brasil está passando por várias mudanças e isso afetou a confiança dos brasileiros que querem comprar um imóvel. Além do momento político também temos a dificuldade de acesso ao crédito imobiliário. Todo esse cenário justifica a cautela do consumidor", comenta Lucas Vargas, executivo chefe de operações do portal Viva Real.

A pesquisa também mostrou que o cenário atual também influenciou no valor do imóvel. Cerca de 69% dos respondentes optaram por procurar imóveis mais baratos do que pretendiam anteriormente.

Expediente

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro criado em 19 de maio de 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, é uma entidade sem fins lucrativos considerada de utilidade pública nas esferas de governo federal, estadual e municipal, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.

Avenida Rio Branco, 156/4º andar Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP:20040-003 - Tel: (021) 2217-5555 Fax: (21) 2262-6247- www.ibefrio.org.br

BIÊNIO 2015/2017 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - *Márcio João de Andrade Fortes*

Vice-presidente - *Theophilo de Azeredo Santos*

Membros - *Eduardo Felipe de Jesus Teixeira, Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa, Jorge Saul Doctorovich, José Carlos Monteiro, Roberto Procópio de Lima Netto, Sérgio Burrowes Raposo e Thomas Klien.*

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente - *Ricardo Emmanuel Vieira Coelho*

1º Vice-presidente - *Gustavo Damázio de Noronha*

Vice-presidentes - *Sérgio Burrowes Raposo e Stefan Alexander.*

Secretário Geral - *Marcos Chouin Varejão.*

DIRETORIA VOGAL

Consultar em: *www.ibefrio.org.br/secoes/page/64/diretoria-vogal*

CONSELHO FISCAL

Presidente - *Claudio Roberto Contador*

Membros - *Luiz Affonso Neiva Romano e Raul Christiano de Sanson Portella*

Suplentes - *Aldo Henrique Ramos e Jorge Nisenbaum.*

CONSELHO CONSULTIVO

Conselheiros - *Ary da Silva Graça Filho, José Carlos Monteiro, Ney Roberto Ottoni de Brito, Orlando Galvão Filho, Reynaldo Vilardo Aloy, Roberto Procópio de Lima Netto, Theophilo de Azeredo Santos e Valmar Souza Paes.*

Secretário Geral - *Marcos Chouin Varejão.*

Diretoria Adjunta

Diretores - *Aldo Henrique Ramos, Aloysio Sérgio Fagundes de Azevedo, Luiz Antonio Ferreira de Queiroz e Roberto Haddad.*

Revista IBEF

Conselho Editorial
Eduardo Facó Lemgruber, Henrique Luz, João Paulo dos Reis Velloso, José Gandelman, Luiz Leonardo Cantidiano, Márcio Fortes, Marcos Chouin Varejão, Merval Pereira, Nilton Molina, Renato Flores, Roberto Lima Netto, Sidney Rezende, Theophilo de Azeredo Santos e Valmar Paes

Editor Responsável
Eduardo Cantidiano

Jornalista
Vilma Goulart (MTB 18585)

Distribuição
Simone Lira e Graziele Costa

Programação Visual
Red Design Comunicação

Fotos
Banco de imagens Red Design
André Bezerra - ProWein 2016

Publicidade e Marketing
EC - Editora e Comunicação
Eduardo Cantidiano
e.cantidiano@openlink.com.br
(21) 99619-0771

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de artigos publicados na Revista IBEF, desde que citada a fonte.
O IBEF não se responsabiliza por opiniões emitidas em artigos assinados.

O “U da felicidade”

*Luiz Felipe Pondé**

Umas das questões que mais ocupa nossas mentes no início do século 21 é a felicidade.

Na filosofia, a felicidade tem inúmeros sentidos. Da beatitude mística (nas religiões), passando pelo cuidado para que o desejo não nos enlouqueça (estoicismo e epicurismo), até chegarmos ao entendimento mais comum em nossos dias que é a felicidade como realização dos nossos desejos (fruto da sociedade de consumo).

Confesso que considero a busca maníaca pela felicidade meio brega, mas, nem por isso podemos negligenciá-la, principalmente quando se trata de algo tão presente em nosso atual modo de vida.

Mas há um outro motivo para levarmos a sério a busca pela felicidade. Trata-se do simples fato de que somos candidatos certos à infelicidade. Doenças, frustrações, traições, morte, enfim, todo um universo infinito de perdas.

Por isso, mesmo que eu julgue que viver obcecado pela felicidade é um atestado de superficialidade de alma, não podemos deixar de reconhecer que há razões de sobra para temermos a infelicidade.

Estudos sobre felicidade relacionam idade à possibilidade maior ou menor de nos sentirmos felizes. Sei que você deve estar se perguntando o que eu quero dizer por felicidade.

Reconheçamos que, mesmo que “vagamente”, está claro para nós que felicidade hoje em dia tem a ver com a realização de desejos e com o usufruto do corpo com saúde o maior tempo possível.

Então chegamos ao “U da felicidade”. Entenda esse U como uma parede que desce (o lado esquerdo do U), o fundo do poço (a parte baixa ou o fundo do U) e uma parede que sobe (o lado direito do U).

Quando nascemos estamos na parte mais alta do U, na sua parede esquerda. Jovens, com saúde plena (na maioria esmagadora dos casos, fora raras exceções médicas), temos todo um futuro pela frente, cheios daquele encantamento que enche nosso coração de disposição para a vida, tudo é novo e interessante, inclusive os outros jovens à nossa volta.

As ideias mais absurdas nos parecem possíveis. Enchemos a cara e levantamos no dia seguinte para fazer a prova. O mundo está aberto para nossos sonhos, inclusive porque o mercado trabalha cada vez mais para nós. Então inicia-se nossa descida “aos infernos”.

Lá pelos 40 anos de idade, estamos chegando à parte baixa da parede esquerda do U. Já com alguns amores traídos, talvez a carreira profissional já tenha se revelado na sua possível mediocridade, grana curta, horizonte já mais estreito.

Chegando aos 45, até uns 60, estaremos no inferno. Saúde já apresentando limites, casamentos já fracassados, vida “single” já se revelando na sua face de solidão desinteressante, corpo já fora da forma de plena da beleza a ser consumida no “mercado do desejo”, filhos muitas vezes que se tornaram uns estranhos sem nenhum interesse em nós ou nós neles, enfim, essa fase é a pior de todas.

Mas eis que algumas pessoas a partir dos 60 anos de idade relatam uma significante retomada da felicidade. Caso tenhamos cuidado razoavelmente da saúde e não tenhamos destruído qualquer pequeno patrimônio, descobriremos que não vai adiantar exigir de nós mesmos padrões de pessoas com 30 anos.

Caso tenhamos sonhado a vida inteira com os Alpes suíços, descobriremos que a Serra Gaúcha pode ser também uma boa pedida. Buenos Aires está mais perto do que Paris, os cinemas estão à mão, e o desejo de engolir o mundo já passou.

Um pouco de tranquilidade da alma, como diziam os estoicos, pode estar mais próximo do que imaginávamos, e a medicina e a estética farão de pessoas da mesma idade que nós parceiros interessantes e com experiências semelhantes às nossas.

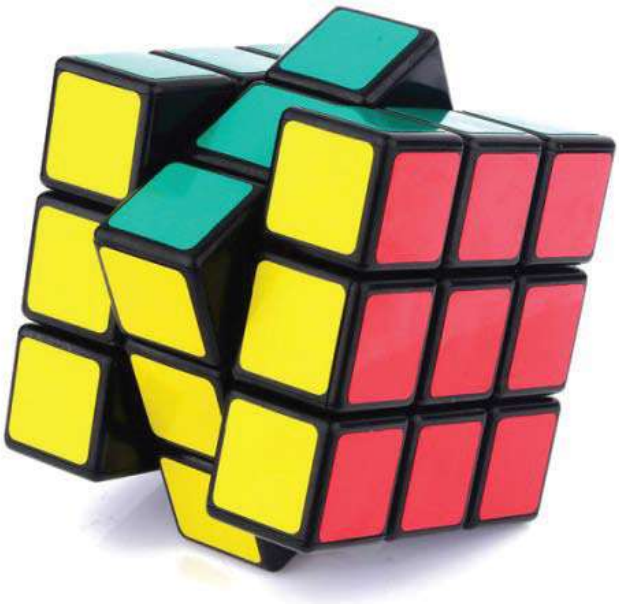
Aí então iniciaremos a subida da parede direita do U. Acima de tudo, teremos mais tempo no cotidiano para fazer o que quisermos. Esses estudos mostram que os níveis de felicidade podem voltar a subir a partir dos 60 anos de idade.

E, então, crescerá a sensação de que temos condições de realizar alguns dos nossos desejos que antes nos pareciam impossíveis.

Enfim, talvez possamos mandar o mundo que nos enche o saco para aquele lugar e então repousaremos em nós mesmos.

** Filósofo, escritor e ensaísta, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv.*

Estratégia adequada, resultado garantido



BRANCO

www.brancoconsultores.com

CONSULTORIA TRIBUTÁRIA • ASSESSORIA JURÍDICA TRIBUTÁRIA • PERÍCIAS CONTÁBEIS

RIO DE JANEIRO
Rua da Assembléia, 77 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro
CEP 20.011-001
Tel.: 21 3231 5900
Fax: 21 2531 9388

SÃO PAULO
Rua Vergueiro, 2087 - Cj. 101
Vila Mariana - São Paulo
CEP 04.101-000
Tel.: 11 5087 8910
Fax: 11 5087 8810

www.pwc.com.br

mcgarrybowen

Sua empresa é transparente mesmo?

pwc

As empresas têm mais sucesso na execução de suas estratégias quando são transparentes e constroem relações sólidas. A PwC e a Strategy& apoiam a sua empresa na criação da confiança e da transparência exigidas pela sociedade, ajudando na construção de soluções sob medida, desde a estratégia à execução, e gerando um valor único para o seu negócio.

Baixe gratuitamente o aplicativo PwC BR na App Store.

PwC Brasil @PwCBrasil @pwcbrasil PwC Brasil youtube.com/PwCBrasil

© 2016 PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. Todos os direitos reservados. Neste documento, "PwC" refere-se à PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda., firma membro do network da PricewaterhouseCoopers ou, conforme o contexto sugerir, ao próprio network. Cada firma membro da rede PwC constitui uma pessoa jurídica separada e independente. Para mais detalhes acerca do network PwC, acesse: www.pwc.com/structure